

TAM S.A. e suas controladas

**Informações consolidadas nos períodos findos em
31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados)
E em 31 de dezembro de 2007
e relatório dos auditores independentes
sobre as revisões limitadas**

Relatório dos auditores independentes sobre as revisões limitadas

Aos Administradores e Acionistas
TAM S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas do balanço patrimonial consolidado da TAM S.A. e suas controladas (“Companhia”) em 31 de março de 2008, das correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e das notas explicativas do trimestre findo em 31 de março de 2008 e de 2007, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.
- 3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme mencionado na nota explicativa 2(q), em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n° 11.638, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), por meio da Instrução CVM n° 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras intercalares. Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07.
- 5 As demonstrações financeiras consolidadas contém, também, informações contábeis relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nesta data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, sem ressalvas, em 28 de março de 2008.
- 6 As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos relevantes, dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Informações relativas à natureza e aos efeitos dessas diferenças estão apresentadas na Nota explicativa 28 às demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 12 de maio de 2008

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alberto de Sousa
Contador CRC 1RJ 056561/O-0 "S" SP

TAM S.A. e suas controladas

Balço patrimonial consolidado interino em 31 de março de 2008 (não auditado) e 31 de dezembro de 2007 Em milhares de reais

Ativo	Nota	31.03.2008 (Não auditado)	31.12.2007
Circulante			
Disponibilidades		117.070	134.873
Aplicações financeiras	3	2.109.271	2.472.004
Contas a receber	4	1.023.696	937.928
Estoques	5	173.011	162.471
Tributos a recuperar	6	70.932	87.017
Pré-pagamentos de aeronaves	7	923.374	864.440
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	39.596	37.950
Despesas do exercício seguinte		93.624	151.372
Seguro de Aeronaves e outros		31.194	44.515
Demais contas a receber		121.695	137.071
		<u>4.703.463</u>	<u>5.029.641</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos em garantia	8	120.666	161.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	189.524	195.415
Depósitos judiciais	16	75.478	75.017
Pré-pagamentos de aeronaves	7	167.693	105.115
Pré-pagamentos de manutenções	7	199.868	119.633
Demais contas a receber		57.298	53.541
		<u>810.527</u>	<u>710.209</u>
Permanente			
Investimentos	9	70	70
Imobilizado	10	856.026	789.885
Intangível		18.743	13.156
		<u>874.839</u>	<u>803.111</u>
		<u>1.685.366</u>	<u>1.513.320</u>
Total do ativo		<u>6.388.829</u>	<u>6.542.961</u>

TAM S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial consolidado interino em 31 de março de 2008 (não auditado) e 31 de dezembro de 2007 Em milhares de reais

(continuação)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.03.2008 (Não auditado)	31.12.2007
Circulante			
Fornecedores		382.636	426.856
Empréstimos e financiamentos	11	748.351	881.148
Arrendamentos a pagar	12	78.205	72.917
Debêntures	17	9.409	32.159
Bônus sênior	18	16.662	7.076
Reorganização da frota Fokker 100	14	12.165	11.501
Salários e encargos sociais		272.079	236.708
Transportes a executar	15	723.808	791.546
Impostos e tarifas a recolher		101.350	59.051
Programa Fidelidade TAM	27	21.122	20.614
Imposto de renda e contribuição social a pagar		9.909	20.079
Juros sobre capital próprio e dividendos a distribuir		72.616	72.616
Demais contas a pagar		114.514	119.709
		<u>2.562.826</u>	<u>2.751.980</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	11	258.422	219.189
Arrendamento a pagar	12	44.523	53.196
Debêntures	17	500.000	500.000
Bônus sênior	18	524.730	531.390
Reorganização da frota de Fokker 100	14	37.555	41.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	50.514	50.861
Provisão para contingências	16	864.888	844.713
Demais contas a pagar		42.107	44.724
		<u>2.322.739</u>	<u>2.285.596</u>
Resultado de exercícios futuros		11.099	11.099
Participação de acionistas minoritários		2.733	2.629
Patrimônio líquido			
Capital social (representados por 59.791.955 ações ordinárias e 90.793.192 ações preferenciais em 31 de março de 2008 (31.12.2007 – 59.791.955 ações ordinárias e 90.793.192 ações preferenciais)).	20	675.497	675.497
Reserva de capital	20	102.855	102.855
Reserva de reavaliação	20	134.447	135.134
Reserva de lucros	20	573.395	578.171
Lucros Acumulados	20	3.238	
		<u>1.489.432</u>	<u>1.491.657</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.388.829</u>	<u>6.542.961</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

TAM S.A. e suas controladas

Demonstrações consolidadas interinas do resultado Exercícios findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditado) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2008</u> (não auditado)	<u>2007</u>
Receita operacional			
Receitas de voo			
Doméstico	21	1.320.557	1.092.645
Internacional	21	613.307	505.973
Carga	21	214.437	156.681
Outras	21	198.611	158.023
		<u>2.346.912</u>	<u>1.913.322</u>
Deduções e impostos sobre serviços		<u>(86.656)</u>	<u>(79.310)</u>
Receita líquida operacional		2.260.256	1.834.012
Custo dos serviços prestados	22	<u>(1.768.607)</u>	<u>(1.353.103)</u>
Lucro bruto		<u>491.649</u>	<u>480.909</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	22	(309.085)	(266.419)
Gerais e administrativas	22	(160.336)	(114.589)
Honorários da administração	22	(4.661)	(11.664)
Despesas financeiras	23	(125.051)	(85.318)
Receitas financeiras	23	116.362	87.729
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(399)</u>	<u>(7.275)</u>
		<u>(483.170)</u>	<u>(397.536)</u>
Lucro operacional		8.479	83.373
Resultado não operacional, líquido		<u>12.221</u>	<u>5.671</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e dos acionistas minoritários		20.700	89.044
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(10.611)	(47.200)
Diferido	19	<u>(7.434)</u>	<u>17.589</u>
Lucro antes da participação dos acionistas minoritários		2.655	59.433
Participação dos acionistas minoritários		<u>(104)</u>	<u>(253)</u>
Lucro líquido do trimestre		<u>2.551</u>	<u>59.180</u>
Quantidade de ações no final do trimestre (em milhares)	20	<u>150.432</u>	<u>150.563</u>
Lucro líquido por ação do capital social ao final do trimestre – R\$		<u>0,01696</u>	<u>0,39306</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

TAM S.A. e suas controladas

Demonstrações interinas das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros	Ações em Tesouraria		
Em 31 de dezembro de 2006	675.000	102.855	147.874	33.786	489.871		1.449.386	
Realização da reserva de reavaliação, líquido (Nota 20 (e))			(1.406)				1.406	
Lucro líquido do trimestre							59.180	
Em 31 de março de 2007			(1.406)				60.586	
Em 31 de dezembro de 2007	675.497	102.855	135.134	40.231	537.940		1.491.657	
Realização da reserva de reavaliação, líquida (Nota 20 (e))			(687)				687	
Ações em tesouraria					(4.776)		(4.776)	
Lucro Líquido do Trimestre							2.551	
Em 31 de março de 2008	675.497	102.855	134.447	40.231	537.940	(4.776)	3.238	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

TAM S.A. e suas controladas

Demonstrações interinas do fluxo de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditadas)

Em milhares de reais

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do trimestre	2.551	59.180
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	31.457	27.008
Amortização de ágio		179
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.434	(17.589)
Provisão para contingências	5.271	38.520
Valor residual de ativo permanente baixado	7.853	604
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidos	51.703	41.930
Outras provisões	2.003	(4.113)
Participação dos acionistas minoritários	104	253
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(87.771)	(159.066)
Estoques	(10.540)	(10.598)
Tributos a recuperar	16.085	(41.762)
Despesas do exercício seguinte	57.748	8.067
Pré-pagamentos de aeronaves	(132.788)	(225.391)
Depósitos em garantia	35.921	(18.766)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.536)	3.514
Depósitos judiciais	(461)	(3.453)
Pré-pagamentos de manutenções	(82.028)	(23.576)
Demais contas a receber	25.169	29.665
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(44.220)	61.246
Salários e encargos sociais	35.371	(46.919)
Transportes a executar	(67.738)	11.529
Impostos e tarifas a recolher	42.300	7.331
Arrendamentos a pagar	169	(3.016)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(10.170)	41.693
Demais contas a pagar	(6.642)	(18.344)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>(124.755)</u>	<u>(241.874)</u>

TAM S.A. e suas controladas

Demonstrações interinas do fluxo de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditadas)

Em milhares de reais

(continuação)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(105.451)	(30.344)
Aumento do ativo intangível	(5.587)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(111.038)</u>	<u>(30.344)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recompra de ações	(4.776)	
Dividendos pagos		(137.104)
Empréstimos e financiamentos:		
Aquisição	280.182	390.027
Pagamentos (inclui juros)	(377.737)	(359.924)
Arrendamentos:		
Pagamentos (inclui juros)	(5.874)	(3.171)
Debêntures:		
Pagamentos (inclui juros)	(36.538)	(44.788)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	<u>(144.743)</u>	<u>(154.960)</u>
Redução líquida nas disponibilidades e aplicações financeiras	<u>(380.536)</u>	<u>(427.178)</u>
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do trimestre	2.226.341	2.025.800
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do trimestre	2.606.877	2.452.978
Variação nas disponibilidades e aplicações financeiras	<u>(380.536)</u>	<u>(427.178)</u>
Informação suplementar ao fluxo de caixa		
Juros pagos	43.861	48.230
Imposto de renda e contribuição social pagos		29.273

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A TAM S.A. (“TAM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações que foi constituída em 12 de maio de 1997, cujo objeto social é, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. A Companhia mantém participações na TAM Linhas Aéreas S.A. (“TLA”), empresa que opera principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no país e no exterior e na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. (“Mercosur”), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia.

Em abril de 2007, foram constituídas duas subsidiárias integrais da TLA, a TAM Capital Inc. (“TAM Capital”) e a TAM Financial Services 1 Limited (“TAM Financial 1”) e em outubro de 2007, foi constituída a TAM Financial Services 2 Limited (“TAM Financial 2”), empresas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a aquisição e financiamento de aeronaves. A captação de recursos emitidos pelas subsidiárias é garantida pela TAM.

A Companhia controla também a TP Participações Ltda. (“TP Participações”), cujo objeto social é a participação em outras sociedades. Esta investida não registrou operações durante o trimestre.

A TLA consolida as informações trimestrais da empresa Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. (“Fidelidade”), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo, utilizando nome fantasia TAM Viagens.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração das informações trimestrais, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia utiliza o plano de contas elaborado pela Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”).

As informações trimestrais estão apresentadas em observância da Deliberação CVM 488/05 e do pronunciamento do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (“IBRACON”) NPC 27 – Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgação, aprovado pela CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão definidas a seguir:

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência destacando-se:

- i.** As receitas de vôo são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte;
- ii.** Os cupons de bilhetes vendidos, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante;
- iii.** Os bilhetes não voados são reconhecidos como outras receitas no momento em que tornam-se vencidos,
- iv.** As outras receitas relacionadas com vendas e/ou serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de vôos, de sub-arrendamentos de aeronaves, parcerias com o programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade TAM) e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento das informações trimestrais.

(b) Moeda estrangeira

Os itens em moeda estrangeira incluídos nas informações trimestrais da consolidada são primariamente mensurados usando-se a moeda que melhor reflete a relevância e a essência econômica dos eventos e das circunstâncias subjacentes ("moeda de medição"). Nas informações trimestrais da Companhia, os itens em moeda estrangeira são apresentados em reais (R\$), que é a moeda de medição da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas a partir das moedas de medição usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo.

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e compreendem investimentos de curto prazo de alta liquidez.

As contas a receber são avaliadas pelo montante original de venda, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas prováveis na realização dos créditos.

Os estoques, representados substancialmente por peças e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de manutenção e reparo, são apresentados ao seu custo médio de aquisição, sendo este inferior aos respectivos valores de reposição e líquidos de provisões para desvalorização referentes a itens obsoletos.

Demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu valor líquido de realização.

(d) Permanente

• Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos de ágio ou deduzidos de deságio, quando aplicável.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O deságio decorrente da aquisição da Mercosur é atribuído a razões econômicas diversas (art. 21, alínea c da Instrução CVM no. 1/78) e, portanto, somente será amortizado no caso de baixa por alienação ou perecimento do investimento, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 4, da Instrução CVM no. 247/96. Ainda em atendimento à referida instrução, na posição consolidada, o saldo foi reclassificado para a rubrica de "Resultados de exercícios futuros".

- **Ativo imobilizado**

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação efetuada por suas controladas para determinados grupos de contas, com base em avaliações feitas por avaliadores independentes.

Os aumentos no valor contábil resultantes da reavaliação dos bens de empresas controladas são creditados na reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A cada ano, a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo (a depreciação é apropriada ao resultado) e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida da reserva de reavaliação para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo ou o montante reavaliado de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. Terrenos não são depreciados.

Quando o valor contábil de um ativo é maior do que o valor recuperável estimado, ele é imediatamente reduzido ao valor recuperável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados.

Os gastos com manutenção de motores são incorporados ao seu custo e depreciados até a data prevista para a próxima manutenção.

- **Ativo intangível**

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos referem-se aos custos com empresas de desenvolvimento de softwares e a parte cabível das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, em prazos não superiores a 3 anos.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Impairment de ativos permanentes**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas por *impairment* sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor contábil de um ativo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(e) **Provisões**

Provisões são registradas no momento em que a Companhia possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

(f) **Transportes a executar**

A rubrica “Transportes a executar” representa as obrigações correspondentes aos cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos no resultado quando da efetiva prestação do serviço ou quando os bilhetes tornam-se vencidos.

(g) **Benefícios a funcionários**

A TLA patrocinava três planos de previdência privada nas modalidades de benefício definido e de contribuição definida. Em 21 de novembro de 2006, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”) a migração dos participantes desses planos para um novo plano na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”). A Companhia efetua pagamento de contribuições a esse plano em bases contratuais ou voluntárias, não havendo obrigações relativas a pagamentos adicionais. Os passivos atuariais relativos aos funcionários que continuam no plano de benefício definido foram transferidos para instituição financeira terceira, conforme mencionado na Nota 24 (a).

Um passivo é reconhecido a título de participação dos funcionários nos lucros quando são atingidas determinadas metas de desempenho (Nota 24 (b)).

(h) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

(i) **Arrendamento mercantil**

i Arrendamento mercantil financeiro: considera as operações que envolvem opção de compra pela TLA de bem específico à atividade econômica. O custo original do bem arrendado é registrado na rubrica “Imobilizado”, em contrapartida das rubricas “Arrendamentos a Pagar”, classificadas no passivo circulante e não circulante.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii Arrendamento operacional simples: refere-se a operações de arrendamento sem cláusula de opção de compra. As obrigações e respectivas despesas dessa modalidade de arrendamento são registradas quando incorridas, na rubrica "Custos dos serviços prestados".

(j) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido dos pagamentos efetuados.

As debêntures não conversíveis e os bônus sênior têm seu reconhecimento de forma similar à dos empréstimos.

(k) Programa Fidelidade TAM

A Companhia patrocina programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) cujos pontos são acumulados ao utilizarem os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

As receitas do programa fidelidade TAM provenientes de cartão de crédito, hotéis, aluguéis de veículos e outros, são registradas quando os pontos são emitidos aos participantes. As demais receitas do programa fidelidade decorrentes de parcerias com o programa são registradas quando recebidas.

(l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(m) Instrumentos financeiros

A TLA participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir a exposição a flutuações de moedas e volatilidade dos preços dos combustíveis. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

A administração da Companhia, buscando alinhamento com as melhores práticas contábeis das empresas do setor e no processo de harmonização com as práticas internacionais, decidiu alterar o critério contábil e passou a registrar essas operações avaliadas pelo seu valor justo de mercado.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(o) Reservas de capital e de lucros

Nas reservas de capital são registradas as doações em forma de bens e espécie, incluindo ágio na emissão de ações.

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do Capital social, conforme determinação da Lei no. 6.404/76.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Demonstrações financeiras consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da TAM S.A. e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

	Data-base das demonstrações financeiras consolidadas	Porcentagem de participação	
		2008	2007
TLA	31.03.2008	100,00	100,00
Fidelidade (*)	31.03.2008	99,99	99,99
TAM Capital (*)	31.03.2008	100,00	100,00
TAM Financeiro 1 (*)	31.03.2008	100,00	100,00
TAM Financeiro 2 (*)	31.03.2008	100,00	100,00
MERCOSUR	29.02.2008	94,98	94,98
TP Participações	31.03.2008	99,99	99,99

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as empresas consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(*) As informações trimestrais da TLA utilizadas como base para a consolidação na TAM consideram os saldos consolidados de suas controladas Fidelidade, TAM Capital, TAM Financeiro 1 e TAM Financeiro 2.

Dentre os principais procedimentos para fins de consolidação, vale ressaltar que:

- i. Em atendimento à Instrução CVM nº. 408/04, a Companhia consolidou os fundos de investimento exclusivos apresentados na Nota 3 e os respectivos resultados desses fundos de investimentos exclusivos foram consolidados na rubrica “Receitas financeiras” e;
- ii. Os patrimônios líquidos da Mercosur, TAM Capital, TAM Financeiro 1 e TAM Financeiro 2, sediadas no exterior foram convertidos em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras, nos termos do Pronunciamento XXV, emitido pelo Ibracon e referendado pela Deliberação CVM 28/86.

(q) Alteração da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modifica e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

Estas alterações devem ser aplicadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e, para determinadas práticas, são válidas a partir do 1º trimestre findo em 31 de março de 2008, conforme já manifestado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2 de maio de 2008, a CVM editou a Instrução nº 469/08 e em 7 de maio de 2008 a Nota Explicativa referente a essa instrução, com as diretrizes para o tratamento de certos aspectos das informações contábeis que foram alterados pela Lei nº 11.638. Essa instrução e respectiva nota explicativa dispõem sobre os seguintes aspectos:

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A aplicação de determinadas práticas contábeis previstas na Lei nº 11.638/07 é facultativo às Informações Trimestrais (ITR), porém obrigatória nas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2008. Entretanto, no caso da não aplicação integral da Lei nº 11.638, as companhias abertas deverão divulgar em nota explicativa às ITR março de 2008 uma descrição das alterações que possam ter impacto sobre as demonstrações financeiras de final de exercício. De qualquer maneira, todas as companhias devem aplicar as determinações da Instrução CVM nº 469/08, independentemente de apresentarem os efeitos da Lei nº 11.638/07 a partir do 1º ITR de 2008 ou ao final do período.

Baseado no melhor entendimento da Companhia e com base nos pronunciamentos contábeis até então existentes, as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, Instrução CVM nº 469 e respectiva nota explicativa que poderão produzir efeitos relevantes sobre as informações trimestrais de 31 de março de 2008 e nas demonstrações financeiras anuais da Companhia são:

- A Companhia já adota a prática de divulgar fluxo de caixa trimestral e anualmente.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: *leasing* financeiro). A administração da Companhia entende que essa modificação deverá representar o maior impacto nas demonstrações financeiras da TAM S.A. ao final do ano de 2008, uma vez que todas as aeronaves em uso pela TLA são arrendadas de terceiros e adotou-se para fins de BR GAAP até 31 de dezembro de 2007, o tratamento contábil de registrar como arrendamento mercantil financeiro os contratos que transferem ou concedem a TLA a opção de transferir a propriedade do ativo ao término dos contratos. Considerando que a CVM ainda não emitiu as normas e procedimentos referentes ao assunto até o momento, não foi possível estimar adequadamente os impactos nas informações trimestrais de 31 de março de 2008. Entretanto, trimestral e anualmente a TAM S.A. já vem divulgando o resumo das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”). Caso as normas e regras a serem emitidas pela CVM não resultem em efeitos muito diferentes das regras norte-americanas, os ajustes, apresentados para fins informativos, quanto aos contratos de arrendamento em 31 de março de 2008 e de 2007 são os seguintes:

Rubricas impactadas:	1o trim./2008	1o trim./2007
Aumento no ativo imobilizado	3.836.335	2.898.151
Aumento no passivo circulante (arrendamento financeiro)	338.608	353.211
Aumento no passivo não-circulante (arrendamento financeiro)	2.461.086	1.971.461
Aumento no patrimônio líquido	1.036.641	573.479
Efeito líquido no resultado do trimestre	56.625	119.251

As rubricas Pré pagamento de aeronaves, Pré pagamento de manutenção e Depósitos em garantia, por estarem vinculadas às aplicações de aquisição e arrendamento mercantil de aeronaves e componentes serão igualmente objeto de análise ao longo do exercício, considerando as normas que serão emitidas pela CVM e as condições contratuais específicas.

- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Cabe destacar que a CVM já se pronunciou em comunicado ao mercado entendendo que a aplicação desse conceito pelas companhias abertas por ela reguladas depende da emissão de norma específica ou de expressa referência em alguma outra norma, delimitando o seu alcance e fixando as premissas necessárias para sua utilização, o que deverá ser efetuado em consonância com as normas internacionais. Com base nas informações disponíveis no mercado no presente momento, para fins das ITRs em 31 de março de 2008 e de 2007,

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a Companhia elaborou o cálculo de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e de curto prazo, quando relevantes. Os valores apurados não foram relevantes, assim a administração da Companhia decidiu por não contabilizar os mesmos.

- Quanto à manutenção dos saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização ou seu estorno até o fim desse exercício social, a Companhia pronunciará sua opção nas ITRs de 30 de junho de 2008.
- No que se refere às remunerações baseadas em ações, a Companhia vem apresentando nota explicativa sobre esse assunto nas informações trimestrais e nas demonstrações financeiras, vide Nota 20 (g).

A administração da Companhia entende que os demais assuntos abordados na Instrução CVM nº 469 e respectiva nota explicativa não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da TAM.

A Lei nº11.638 introduz ainda outras mudanças além daquelas abordadas na Instrução CVM nº 469, dentre as quais:

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, é revisado e ajustado. Esse assunto já foi normatizado por meio da Deliberação CVM 527, de 1º de janeiro de 2007.
- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir (i) o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; (ii) o registro diretamente em conta de patrimônio líquido, quando um pronunciamento contábil assim o exigir; e (iii) os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a administração da Companhia ainda está avaliando todos os efeitos que as referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(r) Deliberação CVM n° 534, de 29 de janeiro de 2008

Em 29 de janeiro de 2008, a CVM emitiu a Deliberação n° 534 que aprova o CPC-02, sendo aplicado aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008.

A Companhia possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque e registro na SEC (“*Securities and Exchange Commission*”), com obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“*U.S. GAAP*”). Para fins de *U.S. GAAP*, a controladora já determina que sua moeda funcional seja o real e desta forma esta será a moeda funcional quando da adoção do CPC-02.

Com relação aos investimentos nas controladas no exterior, no caso da Mercosur entendemos que é uma empresa independente, porém as demais não se podem caracterizar como independentes, uma vez que são extensões das próprias atividades da controladora no Brasil. Estamos analisando detalhadamente a norma e a princípio entendemos que não haja efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

3 Aplicações financeiras

	31.03.2008	31.12.2007
Em moeda nacional		
Fundos de investimento (<i>disponibilidades</i>)	110.379	219.138
Fundos de investimento (<i>trading</i>)	1.147.485	1.352.455
Certificados de Depósito Bancário – CDB (<i>trading</i>)	107.196	80.205
Outros (<i>trading</i>)	74.066	83.071
	<u>1.439.126</u>	<u>1.734.869</u>
Em moeda estrangeira		
Certificados de Depósito Bancário e overnight	660.567	723.913
Fundos de investimento (<i>trading</i>)	9.578	13.222
	<u>670.145</u>	<u>737.135</u>
	<u>2.109.271</u>	<u>2.472.004</u>

Para parte das aplicações financeiras cuja remuneração está vinculada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”), a Companhia contratou operações de swap com instituições financeiras, relacionadas à troca de taxas e/ou de moedas.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

(a) Composição dos saldos

			<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
	<u>Nacionais</u>	<u>Internacionais</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Cartões de crédito	604.974	29.526	634.500	575.039
Agências de turismo	233.413	47.105	280.518	239.747
Correntistas	30.643	2.180	32.823	36.561
Congêneres	2.172		2.172	1.864
Agências de cargas	8.000	43.659	51.659	50.946
Parcelamento em cheques	22.341		22.341	14.968
Outros	45.689	6.237	51.926	69.043
Total	<u>947.232</u>	<u>128.707</u>	<u>1.075.939</u>	<u>988.168</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(41.899)</u>	<u>(10.344)</u>	<u>(52.243)</u>	<u>(50.240)</u>
Total	<u>905.333</u>	<u>118.363</u>	<u>1.023.696</u>	<u>937.928</u>

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Saldo no início do período	50.240	38.387
Adições (registradas na rubrica despesas com vendas)	2.111	12.399
Recuperações	<u>(108)</u>	<u>(546)</u>
Saldo ao final do período	<u>52.243</u>	<u>50.240</u>

5 Estoques

(a) Composição dos saldos

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Peças e materiais para manutenção e reparos	219.235	210.432
Outros estoques	<u>4.863</u>	<u>5.219</u>
Total	224.098	215.651
Provisão para perdas desvalorização	<u>(51.087)</u>	<u>(53.180)</u>
Total	<u>173.011</u>	<u>162.471</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A rubrica “Outros estoques”, representa basicamente uniformes e itens de papelaria e comissaria.

(b) Movimentação da provisão para desvalorização dos estoques

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Saldo no início do período	53.180	10.954
Adições		42.226
Reversões	<u>(2.093)</u>	
Saldo no final do período	<u>51.087</u>	<u>53.180</u>

6 Tributos a recuperar

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Imposto de renda e contribuição social	7.975	13.295
Contribuição para o programa de Integração social (“PIS”) e Contribuição para o financiamento de seguridade social (“COFINS”)	15.299	29.282
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)	21.988	18.876
Imposto de renda retido na fonte	21.441	17.131
Outros	<u>11.457</u>	<u>13.945</u>
	78.160	92.529
Curto Prazo	(70.932)	(87.017)
Longo Prazo	<u>7.228</u>	<u>5.512</u>

A rubrica “Outros” compreende créditos de tributos recolhidos em outros países nos quais a Companhia opera.

7 Pré-pagamentos de aeronaves e manutenções

Em continuidade ao programa de aquisição de aeronaves, até 31 de março de 2008, foram efetivados pré-pagamentos contratuais ao fabricante no montante de R\$ 1.091.067 (31.12.2007 – R\$ 969.555), equivalentes a US\$ 623.788 mil (31.12.2007 – US\$ 547.369 mil), dos quais R\$ 923.374 (31.12.2007 – R\$ 864.440) referem-se a aeronaves que serão entregues no exercício social seguinte.

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos, uma vez que é assegurada à TLA a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante.

Para eventuais reparos das estruturas, dos motores, dos trens de pouso ou das trocas de peças nos motores das aeronaves, até 31 de março de 2008, foram efetivados pré-pagamentos contratuais no montante de R\$ 199.868 (31.12.2007 – R\$ 119.633) equivalentes a US\$ 114.269 mil (31.12.2007 – US\$ 67.540 mil).

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos, uma vez que é assegurada à TLA a devolução dos montantes pré-pagos, quando os reparos efetuados são comprovados.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Depósitos em garantia

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar norte-americano (“US\$”), acrescidos de juros que podem variar até a taxa *London Interbank Offered Rate* (“LIBOR”) mais juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento. Em 31 de março de 2008 o saldo dos depósitos efetuados era de R\$120.666 (31.12.2007 – R\$ 161.488).

9 Transações entre partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2008, a TLA recebeu da Táxi Aéreo Marília S.A. (“TAM Marília”), a título de reembolso pela utilização de sua estrutura, em especial relacionadas às áreas de importação e recursos humanos, R\$ 61 (31.03.2007 – R\$ 304), registrado a crédito na rubrica “Custos dos serviços prestados”. A TAM Marília possui acionistas indiretos comuns à TAM.

Em 11 de maio de 2007, a TLA e a TAM Marília assinaram acordo de utilização compartilhada de um hangar localizado junto ao aeroporto de Congonhas, pelo período de 10 (dez) anos. A TLA adiantou à TAM Marília a quantia de R\$ 15.500, pela qual poderá utilizar as instalações e a infra-estrutura do hangar com o objetivo de explorar as atividades do seu antigo terminal de cargas. O preço foi estabelecido com base em laudos de avaliações realizados por empresas independentes, refletindo o prêmio pela obtenção econômica que tal localização reverterá à TLA em sua atividade de cargas. O montante amortizado em 31 de março de 2008 referente aos custos antecipados é de R\$ 384.

A Companhia e suas controladas assinaram, em março de 2005, contrato adquirindo o direito de uso da marca “TAM” junto à TAM Milor Táxi Aéreo, Representações, Marcas e Patentes S.A. (“TAM Milor”). Esse contrato possui prazo de vigência idêntico ao da atual concessão de transporte aéreo regular de passageiros da TLA e prevê uma remuneração mensal, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), que totalizou durante o trimestre findo em 31 de março de 2008, R\$ 3.703 (31.03.2007 – R\$ 3.557), registrado na rubrica “Despesas administrativas”.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	<u>Equipamentos de voo</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Compu- tadores e perifé- ricos</u>	<u>Máquinas e equipa- mentos</u>	<u>Benfeitorias em propriedades de terceiros</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo total	779.966	201.770	131.909	75.753	33.680	59.650	83.144	1.365.872
Depreciação acumulada	<u>(406.015)</u>	<u>(12.995)</u>	<u>(62.803)</u>	<u>(37.466)</u>	<u>(6.693)</u>		<u>(50.015)</u>	<u>(575.987)</u>
Valor residual em 31 de dezembro de 2007	<u>373.951</u>	<u>188.775</u>	<u>69.106</u>	<u>38.287</u>	<u>26.987</u>	<u>59.650</u>	<u>33.129</u>	<u>789.885</u>
Aquisições	49.964	830	29.421	11.537	2.833	8.594	2.272	105.451
Alienações/ Baixas	<u>(3.258)</u>	<u>(68)</u>	<u>(777)</u>	<u>(3.263)</u>	<u>(5)</u>	<u>(196)</u>	<u>(286)</u>	<u>(7.853)</u>
Depreciação	<u>(17.620)</u>	<u>(2.738)</u>	<u>(6.773)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(857)</u>		<u>(1.618)</u>	<u>(31.457)</u>
Saldos em 31 de março de 2008	<u>403.037</u>	<u>186.799</u>	<u>90.977</u>	<u>44.710</u>	<u>28.958</u>	<u>68.048</u>	<u>33.497</u>	<u>856.026</u>
Custo total	826.672	202.532	160.553	84.027	36.508	68.048	85.130	1.463.470
Depreciação acumulada	<u>(423.635)</u>	<u>(15.733)</u>	<u>(69.576)</u>	<u>(39.317)</u>	<u>(7.550)</u>		<u>(51.633)</u>	<u>(607.444)</u>
Valor residual	<u>403.037</u>	<u>186.799</u>	<u>90.977</u>	<u>44.710</u>	<u>28.958</u>	<u>68.048</u>	<u>33.497</u>	<u>856.026</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,29	2,39	20,00	10,00	10,00		14,86	

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A rubrica “Equipamentos de vôo” inclui motores e conjuntos de peças sobressalentes. A rubrica “Outros” está representada, substancialmente, pelas obras realizadas na pista de pouso do Centro Tecnológico de São Carlos.

A rubrica “Imobilização em andamento” está representada, basicamente pelas obras realizadas no Centro Tecnológico de São Carlos e pela montagem de peças necessárias para remodelagem das aeronaves.

Em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 11), foram hipotecados imóveis e benfeitorias da controlada TLA no valor total de R\$ 110.499 (31.12.2007 – R\$ 110.499).

(b) Reavaliação (Nota 20 (e))

A empresa controlada TLA, procedeu em 2006, ao registro de reavaliação que inclui a totalidade de motores de aeronaves e imóveis, resultando naquele ano, em um acréscimo patrimonial, no valor de R\$ 9.541 (R\$ 7.332, líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98). As avaliações compreenderam o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontravam. Como consequência, foram determinadas novas estimativas de vida útil para esses itens, quando aplicável.

Em 30 de novembro de 2007, com base em laudos de peritos independentes, a Mercosur procedeu à avaliação de seus terrenos e imóveis. Essa avaliação resultou em um decréscimo patrimonial no valor de R\$ 832, com um efeito líquido de R\$ 790 na TAM. As avaliações compreendem o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontram.

Conforme disposição da Deliberação CVM 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação é transferida para a rubrica “Lucros acumulados” e totalizou, no trimestre findo em 31 de março 2008, R\$ 687 (31.03.2007 – R\$ 1.406).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e Financiamentos

	<u>Garantias</u>	<u>Encargos financeiros (média ponderada)</u>	<u>Formas de pagamento e vencimento final</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Em moeda nacional					
Arrendamento de equipamentos de informática	Nota promissória de R\$ 14.187	Juros pré-fixados de 7,9% a.a. até 18,4% a.a. (14,6% a.a.)	Mensal até 2012	25.904	21.934
Arrendamento de equipamentos de informática	Nota promissória de R\$ 20.932	CDI + Spread de 0,8% a.a. até 4,0% a.a. (3,5% a.a.)	Mensal até 2010	12.012	10.556
FINEM - Sub crédito A	Hipoteca de bens e contas a receber	TJLP +4,5% a. a. (4,5% a.a.)	Mensal até 2011	54.625	58.040
FINEM - Sub crédito B	Hipoteca de bens e contas a receber	Cesta de moedas BNDES + 3,0% a.a. (3,0% a.a.)	Mensal até 2012	7.344	8.149
Compror	Sem garantia	100,0% a.a. até 101,5% a.a. do CDI (101,1% a.a do CDI)	Trimestral até 2008	892	223.573
Outros				8.222	7.561
				<u>108.999</u>	<u>329.813</u>
Em moeda estrangeira					
FINIMP	Nota promissória de US\$ 23.593 mil	LIBOR + Variação cambial + 5,3% a.a. até 6,7% a.a. (6,5% a.a.)	Anual até 2010	113.810	84.883
International Finance Corporation - IFC	Depósito em garantia de US\$ 2.500 mil	LIBOR semestral +2,2% a.a.	Semestral até 2012	65.790	51.414
Renegociação de arrendamento	Carta de fiança	Parcelas fixas (US\$ 55 mil)	Mensal até 2022	10.883	11.137
Financiamento de pré-pagamento de aeronaves	Garantia incondicional	LIBOR mensal + 0,6% a.a.	Mensal até 2011	705.981	621.734
Outros				1.310	1.356
				<u>897.774</u>	<u>770.524</u>
				<u>1.006.773</u>	<u>1.100.337</u>
Circulante				<u>(748.351)</u>	<u>(881.148)</u>
Não circulante				<u>258.422</u>	<u>219.189</u>

Financiamento de importação ("FINIMP"), Financiamento a empreendimentos ("FINEM"), Taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e Certificado de depósito interfinanceiro ("CDF").

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano :

<u>Ano</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
2009	99.134	126.990
2010	58.788	60.097
2011	65.499	23.015
2012	26.958	2.487
Posteriores a 2012	8.043	6.600
	<u>258.422</u>	<u>219.189</u>

Em 21 de maio de 2007, a TAM assinou acordo de empréstimo com o banco Calyon e outros bancos para financiar até US\$ 330,9 milhões em operações de adiantamento (*pré-delivery payment - PDP*) de 4 aeronaves Boeing 777-300 ER contratados junto à fabricante norte-americana com pedidos de compra firmes e entrega prevista para 2008. Em 31 de março de 2008, o saldo desse empréstimo é de R\$ 578.843.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de dezembro de 2007, a TAM assinou acordo de empréstimo com o banco BNP Paribas para financiar até US\$ 117,1 milhões em operações de adiantamento (*pré-delivery payment – PDP*) de 30 aeronaves *Airbus* contratadas junto à fabricante francesa com pedidos de compra firme e entregas programadas para o período de 2008 a 2010. Em 31 de março de 2008, o saldo referente a esse empréstimo é de R\$ 127.308.

A Companhia está sujeita a determinadas obrigações nos termos dos contratos de empréstimos tais como a observância de determinados índices financeiros, limitação de emissão de dívidas financeiras e prioridade no pagamento dos empréstimos. Em 31 de março de 2008, a Companhia estava em conformidade com todas essas obrigações.

12 Arrendamentos a pagar

	Encargos financeiros (média ponderada)	Pagamentos mensais com vencimento final em	31.03.2008	31.12.2007
Em moeda estrangeira				
Motores <i>Airbus</i> A319/A320	<i>LIBOR</i> semestral + 1,5% a.a (6,7% a.a.)	2015	27.780	29.536
	<i>LIBOR</i> mensal + 1,5% a.a (3,2% a.a.)	2017	7.743	8.088
Motores e peças <i>Airbus</i> A330	<i>LIBOR</i> mensal + 1,5% a.a (4,3% a.a.)	2010	3.180	3.785
Parcelas de arrendamentos operacionais simples e renegociadas:				
	<i>LIBOR</i> mensal + 1,3% a.a a 1,9% a.a (7,3% a.a.)	2021	17.947	17.813
	<i>LIBOR</i> semestral + 0,7% a.a a 2,3% a.a (12,7% a.a.)	2020	35.690	42.397
	<i>LIBOR</i> trimestral + 0,03% a.a a 2,5% a.a (18,6% a.a.)	2022	15.632	19.342
	Juros pré-fixados de 1,1% a.a.	2015	14.756	5.152
			<u>122.728</u>	<u>126.113</u>
Circulante			<u>(78.205)</u>	<u>(72.917)</u>
Não circulante			<u>44.523</u>	<u>53.196</u>

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia e depósitos em garantia.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

<u>Ano</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
2009	17.947	23.023
2010	5.981	7.755
2011	5.430	5.754
2012	4.886	5.151
2013	3.769	4.162
Posteriores a 2013	6.510	7.351
	<u>44.523</u>	<u>53.196</u>

13 Compromissos

(a) Arrendamento operacional simples

A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, uma vez que as operações contratadas não prevêem a opção de compra das aeronaves pela TLA ou por qualquer entidade ligada à Companhia. As aeronaves arrendadas são 6 Fokker 100, 15 Airbus A319, 71 Airbus A320, 3 Airbus A321, 12 Airbus A330, 2 Airbus A340 e 3 MD-11 (31.12.2007 – 10 Fokker 100, 15 Airbus A319, 70 Airbus A320, 3 Airbus A321, 12 Airbus A330, 2 Airbus A340 e 3 MD-11). Os contratos têm prazo médio de 110 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da *LIBOR*. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou no trimestre findo em 31 de março de 2008, R\$ 215.774 (31.03.2007 – R\$ 219.588), equivalente a US\$ 123.363 mil (31.03.2007 - US\$ 104.144 mil).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia.

Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam em 31 de março de 2008, US\$ 48.418 mil (31.12.2007 – US\$ 49.222 mil).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os desembolsos futuros assumidos em decorrência desses contratos são demonstrados como segue:

	Encargos financeiros (média ponderada)	Pagamentos mensais com vencimento final em	Milhares de dólares norte-americanos	
			31.03.2008	31.12.2007
Airbus A319	Libor mensal + 1,3% a 1,9% a.a. (4,4% a.a.)	2020	133.450	145.298
	Libor trimestral + 1,6% a.a. (5,5% a.a.)	2010	10.064	12.403
	Libor semestral + 1,5% a.a. (6,1% a.a.)	2020	147.424	151.497
Airbus A320	Juros pré de 4,0% a.a.	2014	159.101	170.237
	Libor mensal + 1,3% a 1,9% a.a. (4,8% a.a.)	2022	379.030	396.923
	Libor trimestral + 0,03% a 2,8% a.a. (5,7% a.a.)	2022	724.701	763.685
	Libor semestral + 0,7% a 2,3% a.a. (5,1% a.a.)	2017	424.338	426.429
Airbus A321	Libor trimestral + 0,03% a 1,7% a.a. (5,9% a.a.)	2019	155.722	159.499
Airbus A330	Juros pré de 4,6% a.a. até 5,6% a.a. (5,2% a.a.)	2020	197.935	203.816
	Libor trimestral + 0,03% a 1,7% a.a. (6,0% a.a.)	2019	216.794	222.275
	Libor semestral + 1,25% a 2,1% a.a. (5,8% a.a.)	2017	400.082	425.145
Airbus A340	Parcela Fixa de US\$ 850.000	2015	141.100	145.350
Fokker 100	Juros pré de 1,1% a.a. até 2,0% a.a. (1,5% a.a.)	2008	1.695	1.836
	Libor semestral (5,4% a.a.)	2008	1.147	2.167
Boeing	Parcela Fixa de US\$ 399.000	2008	7.182	11.172
Motores Airbus	Juros pré de 0,9% a.a. até 1,0% a.a. (1,0% a.a.)	2014	15.546	18.201
			<u>3.115.311</u>	<u>3.255.933</u>

Os vencimentos têm a seguinte distribuição por ano:

Ano	Milhares de dólares norte-americanos	
	31.03.2008	31.12.2007
2008	451.532	473.983
2009	319.122	429.475
2010	402.563	406.876
2011	387.736	390.464
2012	350.598	351.922
Posteriores a 2012	1.203.760	1.203.213
	<u>3.115.311</u>	<u>3.255.933</u>

(b) Compromissos para futuros arrendamentos de aeronaves

i. Airbus:

Desde 1998, a TLA mantém pedidos firmes para novas aeronaves *Airbus*, sendo que a última aeronave foi recebida em fevereiro de 2008.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2005, a Companhia assinou aditivo contratual junto a *Airbus* para o pedido firme de 20 aeronaves *Airbus A320*, restando 16 a serem entregues até 2010, com opção para mais 20 da mesma família (inclui A319, A320 e A321).

Em 2006, a Companhia finalizou o contrato para aquisição de mais 37 aeronaves *Airbus* (31 aeronaves *narrow body* família A320 e 6 A330) para entregas até 2012. As opções do contrato acima, foram transferidas para este último contrato.

Em 28 de junho de 2007, a Companhia assinou Memorando de Entendimento para a aquisição de 22 *Airbus A350XWB*, modelos 800 e 900, com mais 10 opções para serem entregues entre 2013 e 2018.

Adicionalmente a Companhia confirmou o exercício de quatro opções de *Airbus A330*, que serão entregues dois em 2010 e os demais em 2011, referente ao contrato do final de 2006.

Em 2007 a TLA assinou contrato de um *leasing* operacional por 6 anos com a Air Canadá referente a 2 *Airbus A340 500*, os quais foram entregues no último trimestre de 2007.

ii. *Boeing*:

Em 2006, a Companhia contratou o pedido de 4 *Boeing 777-300 ER* com opções para mais 4 aeronaves, as quais foram exercidas em 2007. Com isso, a Companhia passou a ter oito pedidos firmes contratados com a *Boeing* para este tipo de aeronave, com entrega a partir de 2008.

A Companhia e a *Boeing* também assinaram contrato de arrendamento de curto prazo para 3 aeronaves MD 11, que irão operar até a entrega dos 4 primeiros *Boeing 777-300 ER* em 2008.

14 Reorganização da frota de Fokker 100

Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves *Fokker 100*, a TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento mercantil então vigentes, sendo 10 na modalidade “financeira” e 9 “operacional”.

Como consequência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R\$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício. Cartas de fiança foram oferecidas pela Companhia como garantia.

Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do referido contrato, no montante original de R\$ 49.599.

Essas aeronaves, a partir da data do referido contrato até a data de sua efetiva devolução, estão contratadas sob a modalidade de arrendamento operacional simples.

O valor total do compromisso em 31 de março de 2008 é de R\$ 49.720 (31.12.2007 – R\$ 53.024), equivalente a US\$ 28.426 mil (31.12.2007 – US\$ 29.935 mil), sendo R\$ 12.165 (31.12.2007 – R\$ 11.501) classificado no passivo circulante.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

<u>Ano</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
2009	10.341	13.963
2010	15.627	15.825
2011	11.587	11.735
	<u>37.555</u>	<u>41.523</u>

15 Transportes a executar

Em 31 de março de 2008, o saldo contábil da rubrica “Transportes a executar” no valor de R\$ 723.808 (31.12.2007 – R\$ 791.546) é representado por 2.792.992 (31.12.2007 – 2.698.341) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

16 Provisão para contingências e depósitos judiciais

(a) Contingências passivas

A administração da Companhia e suas controladas constitui provisão para os valores de contingências classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007, o valor total e as movimentações das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, eram compostos da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2007</u>	<u>Adições</u>		<u>Baixas</u>		<u>31.03.2008</u>
		<u>Processos novos</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Transferência para o circulante / Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	
Provisões para Contingências						
IRRF	12.673		173			12.846
PIS e COFINS (i)	396.532	4.722	6.093	(32.019)		375.328
Adicional Tarifário (ii)	323.691	13.256	7.507			344.454
Fundo Aeroviário (iii)	71.552	5.021	1.131			77.704
Trabalhistas (iv)	12.811			(252)		12.559
Cíveis	22.658	2.159			(128)	24.689
Outros	4.796	12.512				17.308
Total	844.713	37.670	14.904	(32.271)	(128)	864.888
Depósitos Judiciais	(75.017)	(1.259)			798	(75.478)
Total Líquido	<u>769.696</u>	<u>36.411</u>	<u>14.904</u>	<u>(32.271)</u>	<u>670</u>	<u>789.410</u>

- i. Refere-se à discussão da constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS, introduzidas pela Lei nº. 9.718/98. Foram efetuados depósitos judiciais que

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

compreendem alguns meses, sendo que, para os demais meses a TLA está amparada por medida judicial. Estes valores, líquidos dos depósitos judiciais, são atualizados pela variação da taxa SELIC.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em sessão plenária, decidiu pela inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo. No 1º trimestre de 2007, a Companhia obteve êxito em um processo que totalizou uma reversão da provisão no montante de R\$ 7.560, sendo R\$ 3.496 contabilizados em despesas administrativas e R\$ 4.064 diretamente no resultado financeiro. Em 31 de março de 2008 restam cinco ações não julgadas em definitivo.

- ii. Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas. A administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.
- iii. Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

A Companhia e suas controladas ainda possuem ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possível, no montante estimado de R\$ 558.914 (31.12.2007 – R\$ 423.125), não sendo, portanto, requerida provisão na data.

(b) ICMS:

- i. Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo STF, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais.

Em consequência a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. A provisão mantida pela Companhia totaliza, em 31 de março de 2008, R\$ 5.750 (31.03.2007 – R\$ 7.543), apresentada na rubrica “Impostos, taxas e contribuições”. As obrigações com vencimentos em prazo superior a um ano, decorrentes do parcelamento aprovado, totalizam em 31 de março de 2008, R\$ 130 (31.03.2007 – R\$ 167) classificados na rubrica “Demais contas a pagar”.

- ii. No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. A TLA optou por ajuizar, nos diferentes estados do País, ações de repetição de indébito objetivando recuperar a totalidade dos valores pagos indevidamente. Todavia, a administração da TLA optou por somente reconhecer os créditos envolvidos, estimados em aproximadamente R\$ 55.000, e eventual atualização, no momento em que a recuperação financeira desse direito estiver confirmada pelas decisões dos tribunais.

(c) Contingências Ativas

- i. Indenização por insuficiência tarifária

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal.

Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização sido determinado em R\$ 245.000, com base em cálculo feito por perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao recurso especial interposto pela TLA, para determinar que o Tribunal Regional Federal analise o mérito do recurso de apelação sem a necessidade de intervenção do Ministério Público.

A administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

ii. Adicional de tarifas aeroportuárias ATAERO

A TLA interpôs uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada na qual se discute a legalidade da cobrança do adicional de tarifas aeroportuárias ATAERO, que incide à alíquota de 50% sobre o valor das tarifas. Em 31 de março de 2008, o valor objeto da discussão totalizava aproximadamente R\$ 552.219 (31.12.2007 – R\$ 525.716), não reconhecido contabilmente.

17 Debêntures

<u>Data da emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
TAM					
1 de agosto de 2006	única	50.000	10.000	508.350	523.147
TLA					
22 de abril de 2003	primeira	473.006	100		4.308
22 de abril de 2003	segunda	222.835	100		2.029
16 de maio de 2003	terceira	177.165	100	1.059	2.675
		<u>873.006</u>		<u>1.059</u>	<u>9.012</u>
Total				<u>509.409</u>	<u>532.159</u>
Circulante				<u>(9.409)</u>	<u>(32.159)</u>
Não circulante				<u>500.000</u>	<u>500.000</u>

A Companhia e a TLA estão sujeitas a determinadas obrigações nos termos dos contratos de debêntures tais como a observação de determinados índices financeiros, limitação de emissão de dívidas financeiras e prioridade no pagamento das debêntures. Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro 2007, todas essas obrigações estavam atendidas.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TAM

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2006, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia, nem preferência), com garantia fidejussória da controlada TLA e forma nominativa escritural.

Com valor nominal unitário de R\$ 10, o prazo de vencimento é de 6 (seis) anos, sendo o pagamento em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, a primeira vencendo em 1º de agosto de 2010.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sendo equivalentes a 104,5% do CDI, calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).

TLA

Em AGE realizada em 7 de abril de 2003, foi aprovada emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, de forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada, totalizando três séries. O prazo de vencimento é de sessenta meses, contados a partir da data de subscrição.

As debêntures possuem garantia real, representada por penhor de direitos creditórios e fazem jus a juros equivalentes a 4,75% ao ano, acrescidos de variação acumulada da TJLP. Os direitos creditórios são representados por contas a receber de agências de turismo mantidos no Banco Itaú, recebidas no dia 24 de cada mês, que totalizam valores suficientes para quitação das parcelas mensais.

18 Bônus Sênior

Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital concluiu oferta de bônus sênior no valor total de US\$ 300 milhões, com juros de 7,375% a.a. pagos semestralmente e vencimento final ou único em 2017, por meio de uma oferta no exterior isenta de registros na CVM. A Companhia registrou os bônus na *Security and Exchange Commission* (“SEC”) em 30 de outubro de 2007.

O valor total desse compromisso em 31 de março de 2008 totalizava R\$ 541.392 (31.12.2007 – R\$ 538.466), equivalentes a US\$ 309.526 mil (31.12.2007 – US\$ 303.995), sendo R\$ 16.662 (31.12.2007 – R\$ 7.076) classificado no passivo circulante, referentes aos juros.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Resultado consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social	20.700	89.044
Alíquotas - %	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(7.038)	(30.275)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições (exclusões) permanentes	(11.007)	664
	<u>(18.045)</u>	<u>(29.611)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.611)	(47.200)
Diferidos	(7.434)	17.589
	<u>(18.045)</u>	<u>(29.611)</u>

O demonstrativo acima reflete a movimentação da Companhia e da TLA e da Fidelidade, pois a Mercosur, por força da legislação do país em que opera, sofre tributação de imposto de renda diretamente sobre o faturamento bruto.

(b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Prejuízos fiscais acumulados	4.766	3.556
Bases negativas da contribuição social acumuladas	2.944	2.508
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	221.410	227.301
Total	<u>229.120</u>	<u>233.365</u>
Circulante	(39.596)	(37.950)
Não circulante	<u>189.524</u>	<u>195.415</u>

As diferenças temporárias referem-se, principalmente, a provisões para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e variação cambial.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução da CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

A reserva de reavaliação, conforme Deliberação CVM nº 273/98, está avaliada, em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007, líquida dos encargos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre essa mais valia, apurada sobre motores de aeronaves e imóveis. Os referidos encargos diferidos foram apurados com base nas alíquotas previstas para tributação sobre os valores de reavaliação das controladas e totalizam, em 31 de março de 2008, R\$ 50.514 (31.12.2007 – R\$ 50.861).

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 1.200.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Capital subscrito

Em 31 de março de 2008 e em 31 de dezembro de 2007 é representado por 150.585.147 ações escriturais, sendo 59.791.955 ordinárias e 90.793.192 preferenciais.

As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere as determinadas matérias, enquanto a Companhia estiver listada no Nível 2 da BOVESPA, tendo porém prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia além do direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BOVESPA, a Companhia tem prazo de três anos, a partir de 13 de junho de 2005, para cumprimento do requisito de que 25% de suas ações estejam em circulação no mercado. Desde agosto de 2007, este percentual é de 53,85% não auditado.

(c) Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções da CVM nº 10/80 e 268/97, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de janeiro de 2008, aprovou o novo plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento ou alienação sem redução de capital social. O programa prevê a recompra de até 4.000.000 (quatro milhões) de ações preferenciais.

Até 31 de março de 2008 a Companhia já havia recomprado 153.000 ações preferenciais, as quais estão mantidas em tesouraria, a um custo médio de R\$ 31,21, totalizando R\$ 4.776.

O valor de mercado das ações, com base nas últimas cotações em bolsa anteriores à data de encerramento do trimestre em 31 de março de 2008 é de R\$ 33,32 por ação, para as ações preferenciais.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reserva de capital - Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio foi apurada na subscrição de ações em decorrência da mais valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital e beneficia indistintamente todos os acionistas.

(e) Reserva de reavaliação (Nota 10 (b))

A parcela realizada no exercício da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação sobre o valor dos bens reavaliados do ativo permanente foi transferida para lucros acumulados e em 31 de março de 2008, totalizou R\$ 687 (31.03.2007 – R\$ 1.406). Do total da reserva, R\$ 30.099 (31.12.2007 – R\$ 33.034) correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual baixa dos ativos.

Em conformidade à Instrução CVM nº 197/93, os encargos tributários sobre a reserva de reavaliação, que em 31 de março de 2008 são de R\$ 50.514 (31.12.2007 - R\$ 50.861), são reconhecidos ao resultado na medida da realização dessa reserva.

(f) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias são destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital para 2008, bem como para o capital de giro da Companhia, tendo em vista os investimentos futuros em arrendamento de aeronaves adicionais.

(g) Plano de opção de compra de ações “*Stock Option Plan*”

Conforme deliberado em AGE com data de 16 de maio de 2005, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O Conselho de Administração disponibilizou para esse plano, 1.735.316 ações preferenciais referentes à 1ª, 2ª, 3ª outorga e 230.000 ações preferenciais para a outorga extraordinária como segue:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Outorga extraordinária</u>
Data	28/12/2005	30/11/2006	14/12/2007	27/09/2007
Quantidade de ações	715.255	239.750	780.311	230.000
Preço de exercício – R\$ por ação	14,40	43,48	39,67	39,72
Índice de reajuste	IGPM	IGPM	IGPM	IGPM

De acordo com as regras do Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, e em conformidade com a AGE com data de 16 de maio de 2005, o limite máximo de diluição da participação dos acionistas da sociedade foi fixado em 2% (dois por cento). Em reunião em 29 de agosto de 2007, o Conselho de Administração aprovou o exercício antecipado de 21.806 opções de compra de ações preferenciais, sem valor nominal, sendo 16.140 ações referentes à 1ª outorga e 5.666 ações à 2ª outorga, pelos preços de emissão de R\$ 15,21 e R\$ 44,38 por ação. Em ambas as outorgas, o preço de exercício é atualizado pelo IGPM, desde a data da outorga até a data das demonstrações financeiras. Em 30 de novembro de 2007 essas ações foram subscritas.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações ocorridas são resumidas a seguir:

	<u>Número de ações</u>	<u>Preço de exercício atualizado – média ponderada – R\$</u>
Em circulação em 31 de dezembro de 2006	955.005	22,35
Concedidas	1.010.311	39,44
Exercidas	<u>(21.806)</u>	<u>22,79</u>
Em circulação em 31 de dezembro de 2007	<u>1.943.510</u>	<u>25,60</u>
Em circulação em 31 de março de 2008	<u>1.943.510</u>	<u>31,86</u>

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não registra as despesas com remuneração por meio de opção de compra de ações. Caso a Companhia tivesse registrado, com base no valor justo das opções na data da concessão das mesmas, a despesa registrada no exercício teria sido R\$ 4.984 (31.03.2007 – R\$ (362)). O efeito no patrimônio líquido em 31 de março de 2008 seria R\$ 12.365 (31.12.2007 - R\$ (17.349)).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Segmentação da receita bruta

A Companhia utiliza-se, normalmente, de suas informações de receita bruta segmentada por tipo de serviço prestado e por localidade geográfica, conforme apresentado a seguir:

(a) Por tipo de serviço prestado

	<u>31.03.2008</u>	<u>%</u>	<u>31.03.2007</u>	<u>%</u>	<u>Variação horizontal (%)</u>
Receita doméstica					
Regular – Passageiro	1.275.013	54,3	1.038.989	54,3	22,7
Fretamento – Passageiro	45.544	1,9	53.656	2,8	-15,1
Carga	94.039	4,0	81.917	4,3	14,8
	<u>1.414.596</u>	<u>60,3</u>	<u>1.174.562</u>	<u>61,4</u>	<u>20,4</u>
Receita internacional					
Regular – Passageiro	610.902	26,0	502.627	26,3	21,8
Fretamento – Passageiro	2.405	0,1	3.346	0,2	-28,1
Carga	120.398	5,1	74.764	3,9	61,0
	<u>733.705</u>	<u>31,3</u>	<u>580.737</u>	<u>30,4</u>	<u>26,3</u>
Outras receitas operacionais					
Parcerias com Programa Fidelidade	90.061	3,8	69.654	3,6	29,3
Agenciamento de viagens e turismo	12.039	0,5	4.203	0,2	>100,0
Bilhetes vencidos e outros	96.511	4,1	84.166	4,3	14,7
	<u>198.611</u>	<u>8,5</u>	<u>158.023</u>	<u>8,2</u>	<u>25,7</u>
Receita bruta	<u>2.346.912</u>	<u>100,0</u>	<u>1.913.322</u>	<u>100,0</u>	<u>22,7</u>

(b) Por localidade geográfica dos destinos praticados pela Companhia

	<u>31.03.2008</u>	<u>%</u>	<u>31.03.2007</u>	<u>%</u>	<u>Variação horizontal (%)</u>
Brasil	1.613.207	68,7	1.332.585	69,6	21,1
Europa	326.363	13,9	236.840	12,4	37,8
América do Norte	212.476	9,1	226.076	11,8	-6,0
América do Sul (excluindo Brasil)	194.866	8,3	117.821	6,2	65,4
	<u>2.346.912</u>	<u>100,0</u>	<u>1.913.322</u>	<u>100,0</u>	<u>22,7</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Composição dos principais grupos de custos e despesas

	31.03.2008						31.03.2007	
	Custos dos serviços prestados	Despesas			Total	%	Total	%
Comerciais		Gerais e administrativas	Honorários da administração					
Pessoal	337.312	33.045	27.692	4.661	402.710	18,0	267.740	15,3
Combustíveis	844.804				844.804	37,7	570.249	32,7
Depreciações e amortizações	20.908	258	10.291		31.457	1,4	27.008	1,5
Manutenções e revisões (exceto pessoal)	95.306				95.306	4,2	104.851	6,0
Seguro de aeronaves	12.855				12.855	0,6	8.510	0,5
Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação	123.274				123.274	5,5	99.256	5,7
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	218.751	1.338	2.392		222.481	9,9	225.153	12,9
Serviços prestados por terceiros	32.070	32.718	74.742		139.530	6,2	137.874	7,9
Despesas de comercialização e marketing		241.726			241.726	10,8	187.309	10,7
Outros	83.327		45.219		128.546	5,7	117.825	6,8
	<u>1.768.607</u>	<u>309.085</u>	<u>160.336</u>	<u>4.661</u>	<u>2.242.689</u>	<u>100,0</u>	<u>1.745.775</u>	<u>100,0</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Resultado financeiro

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	55.059	70.506
Variação cambial	55.337	5.385
Outras receitas financeiras	<u>5.966</u>	<u>11.838</u>
	<u>116.362</u>	<u>87.729</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(58.196)	(41.423)
Perdas com instrumentos financeiros	(1.670)	(14.255)
Variação cambial	(62.216)	(21.003)
Outras	<u>(2.969)</u>	<u>(8.637)</u>
	<u>(125.051)</u>	<u>(85.318)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.689)</u>	<u>2.411</u>

24 Benefícios a funcionários

(a) Plano de aposentadoria complementar

A TLA patrocinava três planos de complementação de benefícios de aposentadoria denominados TAM Prev – Plano I na modalidade de “Benefícios Definidos” e TAM Prev – Planos II e III na modalidade de “Contribuições Definidas”. Em 21 de novembro de 2006, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) a migração dos planos de previdência I, II e III, para um novo plano de modalidade PGBL administrado por uma instituição independente. Para os participantes do Plano I foi dada também a opção de transferência para um plano FGB (Fundo Gerador de Benefícios) com garantia de benefício por ocasião da aposentadoria.

Em 30 de setembro de 2007, foi assinado contrato entre a Companhia e o Bradesco Vida e Previdência, por meio do qual o valor dos benefícios continuados para os 5 participantes remanescentes do Plano I serão mantidos com as mesmas condições do plano anterior e o risco referente à fase de concessão dos benefícios é de responsabilidade exclusiva do Bradesco Vida e Previdência.

Todos os demais participantes transferiram suas reservas para o PGBL.

(b) Participação nos resultados

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados caso sejam atingidas determinadas metas de performance estabelecidas com base no seu orçamento anual. Nesse sentido, a administração registrou na rubrica “Salários e encargos sociais”, provisão para pagamento deste benefício referente ao trimestre findo em 31 de março de 2008, no valor de R\$ 8.321 (31.03.2007 - R\$ 5.455).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Cobertura de seguros

As empresas controladas mantêm cobertura de seguros por montantes acima dos valores mínimos obrigatórios que consideram necessários para cobertura de eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade. Em 31 de março de 2008, baseando-se na frota de aeronaves da TLA e da Mercosur, a cobertura de seguros para o ramo aeronáutico (casco e responsabilidade civil em conjunto) apresenta o valor máximo indenizável de até US\$ 1,5 bilhão.

O governo brasileiro, por meio da Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003, e Decreto nº 5.035 de 5 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidade civil perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, que possam vir a ser exigidas da Companhia. Conforme regulamentado pela referida Lei, as despesas de responsabilidade civis assumidas pelo governo federal ficam limitadas ao equivalente em reais a US\$ 1 bilhão.

A cobertura de seguros envolvendo os riscos e exigibilidades decorrentes do acidente ocorrido em 17 de julho de 2007 com a aeronave *Airbus A320* tem sido suficiente considerando os acordos já realizados e liquidados diretamente pela seguradora junto aos familiares das vítimas. Até 31 de março de 2008 foram concluídas cerca de 60 indenizações a familiares das vítimas no acidente e outras 37 estão em negociação com a seguradora da Companhia. A administração entende que a cobertura de seguros dessas obrigações é adequada. A Companhia entende que não incorreu em despesas adicionais ou não previstas no escopo do contrato de seguros que venham a ser de responsabilidade direta da própria TAM.

As empresas controladas mantêm também coberturas de seguro para cobrir eventuais sinistros em suas instalações contra riscos de roubo, incêndio, alagamento e danos elétricos, dentre outros, para cobertura de equipamentos, edifícios e veículos de nossa responsabilidade e/ou propriedade.

26 Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

Conforme a política de *hedge* estabelecida, a Companhia e suas controladas realizam operações de derivativos com o objetivo de se proteger de seus principais riscos de variação cambial nas receitas e despesas em dólares e da variação do preço do combustível. Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados, em linha com a política de investimentos do grupo, reavaliada continuamente pela tesouraria, ajustando-a ao mercado e buscando maximizar os retornos com os menores riscos possíveis.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas pré-estabelecidas, levando em conta liquidez, rentabilidade e risco/retorno de cada posição. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

A Companhia e suas controladas, buscando o alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa, registra suas aplicações pela marcação a mercado (*Marked to Market* – “MTM”). O MTM das operações está incluído no resultado financeiro da Companhia e suas controladas.

i. Risco de preço dos combustíveis – “commodity risk”

O preço do combustível é um dos maiores componentes de risco financeiro nas empresas aéreas. O mesmo está exposto aos efeitos das variações nos preços do petróleo (WTI) e seus derivados, (por exemplo, *JET Fuel 54*, conhecido como o combustível de aviação). O contrato disponível e líquido que a TLA considera mais próximo do *JET Fuel 54* para efeitos de cobertura é o contrato de petróleo (WTI).

O combustível consumido no trimestre findo em 31 de março de 2008 representou aproximadamente 37,7% (31.12.2007 – 32,2%), dos principais custos (Nota 23).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2008, o volume de operações contratadas com vencimentos variáveis até fevereiro de 2009 era de 5.390 mil barris (31.12.2007 – 5.500 mil barris com vencimentos variáveis até novembro de 2008), representando 41% dos doze meses seguintes.

ii. Risco de taxas de câmbio

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e o saldo passivo ou ativo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Parte do risco é mitigada pelo fato das suas controladas operarem no exterior e as receitas dessas operações serem realizadas em moeda estrangeira. A atual política de contratação de *hedge* baseia-se na proteção de percentual dos desembolsos líquidos de caixa em outras moedas em períodos seguintes.

A Companhia e suas controladas contratam operações financeiras com derivativos, visando basicamente à proteção de sua exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos com a finalidade de expansão/manutenção de suas atividades operacionais. Em 31 de março de 2008, não havia, por decisão do Comitê de Risco, nenhuma posição aberta em operações de moeda estrangeira.

iii. Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a ter perdas ou ganhos por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos (captações) e ativos (aplicações) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis como a *LIBOR* e o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

iv. Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de prestação de serviços ao consumidor e/ou a agências de viagens ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam a prática do estabelecimento de limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor basicamente para as agências de viagens. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Risco.

(b) Aplicações financeiras

Representadas por aplicações em fundos de investimentos destinados a aplicar em quotas de fundos de investimentos de diversas classes e/ou fundos de investimentos multimercado, de forma a atingir rentabilidade superior à variação da taxa de juros do CDI.

(c) Investimentos

As controladas TLA, Mercosur, TP Participações, TAM Capital, TAM Financeira 1 e TAM Financeira 2 são empresas de capital fechado e, portanto não há informações disponíveis sobre seus valores de mercado.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2008 aproximam-se do seu valor de mercado, refletindo os vencimentos ou o reajuste freqüente de preço desses instrumentos, e podem ser assim demonstrados:

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	1.006.773	1.210.480
Debêntures	509.409	507.743
Bonds	541.392	429.294
	<u>2.057.574</u>	<u>2.147.517</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e vencimentos remanescentes similar.

27 Programa Fidelidade TAM

Em 31 de março de 2008, o Programa Fidelidade TAM apresentava 2.575.652 (31.12.2007 – 2.400.632) (não auditado) trechos domésticos de passagens aéreas conquistados por seus clientes e ainda não resgatados. A TLA atualmente registra o custo incremental, ou seja, o custo adicional por passageiro transportado, quando incorrido.

No trimestre findo em 31 de março de 2008 foram concedidas e utilizadas por nossos clientes 346.774 bilhetes - prêmio (31.03.2007 – 207.350).

A provisão para as obrigações futuras do programa totaliza, em 31 de março de 2008, aproximadamente, R\$ 21.122 (31.12.2007 – R\$ 20.614). A base de cálculo para provisão é feita utilizando uma estimativa da quantidade de bilhetes-prêmio voados por outras companhias aéreas, a quantidade de pontos já conquistados, convertida em bilhetes-prêmio, uma provisão para a quantidade de pontos expirados, não convertidos em bilhetes e valorizada pelo custo incremental do serviço de bordo, combustível, seguro e cartão de embarque.

Os pontos conquistados por nossos clientes através do Programa Fidelidade são válidos por dois anos para emissão de bilhetes. Isto limita o crescimento do custo do programa, o qual tende a se estabilizar em relação à quantidade de passageiros transportados.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resumo das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”)

(a) Apresentação das demonstrações financeiras e moeda funcional

A Companhia elegeu usar as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) como demonstração financeira primária, para fins de registro no mercado de capitais norte-americano em conformidade com a lei “U.S. Securities Act of 1934”.

Adicionalmente, a Companhia elegeu a moeda local, Real, tanto como moeda funcional quanto de divulgação. Um sumário contendo as principais diferenças entre o BR GAAP e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP), aplicáveis à Companhia, estão divulgados a seguir.

(b) Correção monetária complementar em 1996 e 1997 pelo US GAAP

De acordo com o BR GAAP, a correção monetária foi descontinuada a partir de 1º de janeiro de 1996. As demonstrações financeiras em BR GAAP incluíam ajustes de indexação que refletem, parcialmente, o efeito da inflação sobre o imobilizado, os investimentos, o diferido (em conjunto, denominados "ativo permanente") e sobre o patrimônio líquido, informando os débitos ou créditos líquidos na demonstração de resultado. No entanto, segundo o US GAAP, o Brasil deixou de ser tratado como economia altamente inflacionária apenas a partir de 1º de janeiro de 1998. Dessa forma, as demonstrações financeiras para fins do US GAAP devem incluir ajustes adicionais de correção monetária em 1996 e 1997, efetuados aplicando-se o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”) ao ativo permanente e ao patrimônio líquido. O IGP-DI registrou um aumento de 9,3% em 1996 e de 7,5% em 1997.

Para fins de reconciliação, não há mais diferença no patrimônio líquido segundo U.S. GAAP desde 31 de dezembro de 2007, devido aos ajustes adicionais de correções monetárias, líquidas de depreciação. Tais montantes geraram aumentos nos encargos de depreciação no trimestre findo em 31 de março de 2007 de R\$ 17.

(c) Imobilizado

i. Reavaliação do imobilizado

Os BR GAAP permitem a reavaliação dos ativos. A reserva de reavaliação, líquida dos efeitos fiscais diferidos posteriores a 1991, é creditada a uma conta de reserva no patrimônio líquido. A depreciação das reservas de reavaliação é contabilizada ao resultado e o valor da baixa é retirado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e transferido para lucros acumulados mediante a depreciação, baixa ou venda dos ativos.

De acordo com os U.S. GAAP, a reavaliação do imobilizado não é permitida, e as reservas de reavaliação e efeitos fiscais diferidos relacionados foram eliminados de forma a apresentar o imobilizado ao custo histórico menos a depreciação acumulada. Dessa forma, a depreciação da reavaliação contabilizada ao resultado também foi eliminada.

Para fins de reconciliação, a reserva de reavaliação foi revertida de acordo com o US GAAP em 2008, líquida de depreciação e efeitos fiscais diferido, totalizando no patrimônio líquido R\$ 134.448 em 31 de março de 2008 (31.12.2007 – R\$ 135.134).

No resultado estes efeitos totalizaram em 31 de março de 2008, R\$ 687 (31.03.2007 - R\$ 1.406).

ii. Contratos de arrendamento financeiro

Os BR GAAP não especificam a forma de contabilização dos contratos de arrendamento. Como essa contabilização afeta principalmente os resultados do setor de transporte aéreo, a Companhia decidiu adotar para fins dos BR GAAP o tratamento contábil de registrar como arrendamento mercantil financeiro os contratos que transferem ou concedem à TLA a opção de transferir a propriedade do ativo ao término do contrato.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com os U.S. GAAP, o "Statement of Financial Accounting Standard" ("SFAS") nº 13, "Accounting for Leases", os arrendamentos mercantis financeiros devem atender pelo menos um dos critérios a seguir:

- A operação de arrendamento transfere a titularidade da propriedade ao arrendatário ao término do arrendamento;
- A operação de arrendamento contém a opção de compra, pelo preço abaixo do valor de mercado;
- O prazo da operação de arredamento é igual a 75% ou mais da vida econômica estimada do ativo arrendado; e
- O valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, no início do prazo do arrendamento, excluindo a parcela dos pagamentos que representam custos contratuais, tais como seguro, manutenção e impostos a serem pagos pelo arrendador e incluindo qualquer lucro resultante, é igual ou superior a 90% do valor justo do ativo arrendado no início do arrendamento.

Adicionalmente, nos cálculos para enquadramento aos critérios acima, são considerados os prazos e os valores presentes dos pagamentos mínimos, desde o primeiro contrato da Companhia para cada aeronave, incluindo-se as renegociações, e independentemente de mudança no arrendador.

A TAM possui em 31 de março de 2008, 44 aeronaves registradas como arrendamento operacional segundo o BR GAAP (Airbus A319 – 9 unidades, Airbus A320 – 20 unidades, Airbus A330 – 10 unidades, Airbus A321 -3 unidades e Airbus 340 – 2 unidades) as quais, considerando-se a norma exposta acima foram consideradas como arrendamento financeiro, para fins de US GAAP, pois o valor presente dos pagamentos mínimos desses contratos excede 90% do valor justo do ativo arrendado.

Para fins de reconciliação, o custo de aquisição destas aeronaves e as obrigações relacionadas na data de início dos contratos, totalizaram em 31 de março de 2008, R\$ 4.613.173, as depreciações acumuladas destas aeronaves totalizaram R\$ 776.838, e foram contabilizados no balanço patrimonial para fins de U.S. GAAP. O ativo está sendo depreciado durante a vida útil estimada de 25 anos para as aeronaves Airbus A319, Airbus A320 e Fokker 100 e 30 anos para as aeronaves Airbus A330 e A340. As variações cambiais estão sendo reconhecidas ao resultado do exercício quando incorridas. A despesa de depreciação reconhecida ao resultado de 31 de março de 2008 totalizou R\$ 42.364, (31.03.2007 - R\$ 33.145). As variações cambiais sobre arrendamentos reconhecidas em 31 de março de 2008 totalizaram R\$ 35.228, (31.03.2007 - R\$ 93.726). As despesas de juros referentes ao arrendamento mercantil financeiro dessas aeronaves reconhecidas ao resultado em 31 de março de 2008 totalizaram R\$ 30.208, (31.03.2007 - R\$ 33.483). As despesas reconhecidas para fins de BR GAAP como arrendamento operacional simples destas aeronaves foram revertidas durante todos os períodos e totalizaram R\$ 93.969, (31.03.2007 - R\$ 97.314). Para fins de U.S GAAP, foi registrado na rubrica "Outras despesas / receitas" o resultado referente à devolução de aeronaves no montante de R\$ 5.161 em 31 de março de 2007.

Para fins de reconciliação dos contratos de arrendamento, os montantes ajustados ao patrimônio líquido em 31 de março de 2008 totalizaram R\$ 1.159.371 (31.12.2007 – R\$ 1.102.745).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando os ajustes mencionados acima, as obrigações com arrendamento segundo o U.S. GAAP totalizam:

	Encargos financeiros (média ponderada)	31.03.2008	31.12.2007
Aeronaves e Motores Fokker 100	Juros pré de 1,1% a.a.		10.530
Aeronaves e Motores Airbus A319/A320/A321/A340	<i>LIBOR</i> semestral + 1,5% (6,7% a.a.)	1.601.020	1.592.110
	<i>LIBOR</i> mensal + 1,5% (3,2% a.a.)	196.434	204.949
Aeronaves, Motores e Peças sobressalentes Airbus A330	<i>LIBOR</i> mensal + 1,5% (4,25% a.a.)	983.571	1.016.640
Obrigações de arrendamento:	<i>LIBOR</i> mensal + 1,5% a 1,9% (7,3% a.a.)	293	1.691
	<i>LIBOR</i> semestral + 0,7% a 2,3% (12,75% a.a.)	1.238	3.434
	<i>LIBOR</i> trimestral + 0,03% a 2,5% (18,6% a.a.)	3.181	5.172
	Juros pré (1,1% a.a.)	13.957	11.612
		<u>2.799.694</u>	<u>2.846.138</u>
Circulante		<u>(338.608)</u>	<u>(330.231)</u>
Não circulante		<u>2.461.086</u>	<u>2.515.907</u>

As obrigações de arrendamento acima são garantidas por cartas de fiança emitidas pela Companhia.

Os vencimentos de longo prazo têm a seguinte distribuição:

Ano	31.03.2008	31.12.2007
2009	220.372	295.303
2010	272.508	275.359
2011	281.007	281.636
2012	289.992	290.452
2013	329.525	330.381
Após 2013	<u>1.067.682</u>	<u>1.042.776</u>
	<u>2.461.086</u>	<u>2.515.907</u>

iii. Recuperabilidade de ativos de longo prazo

Os BR GAAP exigem que as empresas determinem se o lucro operacional é suficiente para absorver a depreciação ou amortização dos ativos permanentes, a fim de avaliar a recuperabilidade potencial do ativo. Na hipótese de o lucro operacional ser insuficiente para recuperar a depreciação, o valor dos ativos, ou grupos de ativos, é reduzido ao valor recuperável, de preferência com base nos fluxos de caixa descontados projetados das operações futuras. Na hipótese de substituição planejada dos ativos, antes do término de sua vida útil estimada originalmente, a depreciação desses ativos é acelerada, de modo a assegurar que ele seja depreciado de acordo com o valor líquido estimado de realização na data estimada de substituição.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS nº 144, "Accounting for the Impairment of Disposal of Long-Lived Assets", dispõe que as empresas avaliem o valor contábil dos ativos de vida longa a serem mantidos e usados, e dos ativos de vida longa a serem alienados, quando houver fatos e circunstâncias que requeiram tal revisão. O valor contábil dos ativos de vida longa é considerado irrecuperável quando o fluxo de caixa não descontado previsto, representando o nível mais baixo no qual o

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxo de caixa identificável é inferior ao respectivo valor contábil. Nessa eventualidade, é reconhecida uma perda com base no valor pelo qual o valor contábil supera o valor justo de mercado dos ativos, ou os fluxos de caixa descontados gerados pelos ativos.

No caso da TLA, não houve diferenças entre os U.S. GAAP e os BR GAAP relativas à recuperabilidade dos ativos, para as datas-base apresentadas.

iv. Ganhos nas operações de *sale-leaseback*

Os BR GAAP não fornecem orientação específica sobre transações de "sale-leaseback". Todos os ganhos ou perdas resultantes das operações de "sale-leaseback" foram reconhecidos no resultado quando incorridos.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS nº 28, "Accounting for Sales with Leaseback", estabelece uma operação de "sale-leaseback" como uma transação de financiamento, na qual qualquer ganho ou perda na venda deve ser diferido e amortizado pelo vendedor, o qual se torna o arrendatário, seguindo a proporção dos pagamentos do aluguel sobre o período estimado de utilização do ativo, mesmo que na legislação do país de origem da companhia, as operações sejam consideradas isoladas e juridicamente perfeitas.

	31.03.2008		31.12.2007	
	Ganho no sale-leaseback	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Operação Airbus A330 (i)	319.073	(175.046)	144.027	150.674
Operação Airbus A320 (ii)	54.957	(27.477)	27.479	28.852
	<u>374.030</u>	<u>(202.523)</u>	<u>171.506</u>	<u>179.526</u>

A amortização do ganho sobre as operações de "sale-leaseback" apropriada da demonstração do resultado no exercício findo em 31 de março de 2008, registrada na rubrica "Receita (despesa) financeira, líquida" totalizaram R\$ 4.288 (2007 - R\$ 4.288), registrados na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" totalizaram R\$ 3.734 (31.03.2007 - R\$ 3.734).

Para fins de reconciliação dos ganhos sobre as operações de "sale-leaseback", o montante ajustado ao patrimônio líquida em 31 de março de 2008 totalizou R\$ 171.504 (31.12.2007 - R\$ 179.526).

(i) Em agosto de 2001, a TAM assinou um contrato que resultou no cancelamento do contrato de arrendamento mercantil financeiro de três aeronaves Airbus A330 com um arrendador, e assinou um novo contrato de arrendamento operacional simples, com um novo arrendador para a mesma aeronave. Para fins de BR GAAP, a TAM reconheceu um ganho líquido no montante de R\$ 319.073 durante o exercício de 2001. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para agosto de 2013.

(ii) Em abril de 2003, a TAM assinou contratos que resultaram no cancelamento de contratos de arrendamento mercantil financeiro de quatro aeronaves Airbus A320 com um arrendador, e imediatamente a TAM assinou novos contratos sob a modalidade de arrendamento operacional simples, com um arrendador diferente. Para fins de BR GAAP, a TAM não reconheceu nenhum ganho, pois este contrato era registrado como arrendamento operacional simples. Para fins de U.S. GAAP, a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 54.957, pois este contrato era registrado como arrendamento mercantil financeiro. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para março de 2013.

Essas transações foram consideradas como uma modificação das disposições do contrato original para fins de U.S. GAAP.

De acordo com o SFAS nº 145, "Recission of FASB Statements nº 4, 44 and 64, Amendment of FASB Statements nº 13, and Technical Corrections", ou seja, se as modificações nas disposições de um contrato de arrendamento geraram um novo contrato classificado como arrendamento operacional simples, a transação deverá ser contabilizada como "sale-leaseback"

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de acordo com os parágrafos 2 e 3 do SFAS nº 28, mencionado anteriormente.

(d) Aquisições de empresas

i. Ágio

De acordo com os BR GAAP, o ágio é resultante da diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos. Esse ágio é normalmente atribuído ao valor de mercado dos ativos adquiridos ou justificado com base na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado durante a vida útil remanescente dos ativos ou em até dez anos. O deságio resulta de acordo com os BR GAAP quando o valor contábil dos ativos adquiridos é excedente ao preço de compra. O deságio geralmente não é amortizado.

De acordo com os U.S. GAAP, os valores justos são atribuídos a ativos e passivos adquiridos nas combinações de negócios, incluindo ativos intangíveis e ágio não-allocado, aplicáveis a cada transação específica. Com a adoção do SFAS nº 142 "Goodwill and Other Intangible Assets", a partir de 1º de janeiro de 2002, o ágio não é mais amortizado, mas atribuído às "reporting units" da empresa e testada a sua recuperabilidade pelo menos anualmente. Adicionalmente, de acordo com os U.S. GAAP, o ágio gerado em transações de empresas sobre controle comum, não deve ser registrado. A diferença entre os valores pagos e o valor de livros dos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada como uma contribuição ou distribuição de capital.

As diferenças com relação aos BR GAAP aplicáveis para a TAM, derivam, principalmente: (i) não amortização de ágio a partir de 1º de janeiro de 2002; e (ii) não reconhecimento de deságios em transações entre partes sob controle comum (Nota 28 (d) (ii)).

Para fins de BR GAAP, não há mais saldo líquido do ágio registrado desde 31 de dezembro de 2007, o qual foi totalmente amortizado pelo período de cinco a dez anos. Em 31 de março de 2008, o deságio totalizou R\$ 11.099 (31.12.2007 – R\$ 11.099).

Para fins de U.S. GAAP, foram totalmente revertidos os ágios amortizados a partir de 1º de janeiro de 2002, totalizando R\$ 179 no trimestre findo em 31 de março de 2007. No patrimônio líquido estes efeitos totalizaram para fins de reconciliação, em 31 de março de 2008 R\$ 9.680 (31.12.2007 - R\$ 9.680).

ii. Controle comum e deságio – Mercosur

Para fins de BR GAAP, a TAM Mercosur foi adquirida e consolidada pela Companhia em setembro de 2003 através de uma operação de permuta de ações.

Para fins de US GAAP, a Mercosur foi considerada sob controle comum desde 1996, por possuir os mesmos acionistas controladores da Companhia, e assim foi consolidada retroativamente em todos os períodos apresentados. Os efeitos da consolidação retroativa na mutação do patrimônio líquido foram reconhecidos como capital integralizado adicional.

Adicionalmente, nesta transação, o deságio para fins de BR GAAP foi gerado pela diferença entre o valor de livros e o valor pago na transação de aquisição da Mercosur. Como esta operação foi caracterizada como de controle comum, para fins de U.S. GAAP a diferença entre o valor pago e o valor de livros da Mercosur foi reconhecida no patrimônio líquido, como, contribuição de capital.

Adicionalmente, para fins de BR GAAP, os efeitos de variação cambial sobre o patrimônio líquido desta subsidiária estão distribuídos pelas linhas do resultado. Para fins de U.S. GAAP, o efeito desta variação cambial foi reconhecido dentro do patrimônio líquido na conta de "Ajustes Acumulados de Conversão", de acordo com o SFAS nº 52 "Foreign Currency Translation".

Para fins de reconciliação, os efeitos descritos acima totalizaram R\$ 416 no exercício findo em 31 de março de 2008 (2007 – R\$ (1.020)) e R\$ 11.828 no patrimônio líquido em 31 de março de 2008 (31.12.2007 – R\$ 11.828).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria

Na determinação das obrigações dos benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria para fins de BR GAAP, a NPC nº 26 deve ser aplicada nas informações trimestrais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Conforme permitido pela norma, o ganho de transição (a diferença entre os ativos líquidos do plano e a obrigação dos benefícios projetada ("PBO")) nessa data será contabilizado no lucro durante o período de cinco anos.

De acordo com os U.S. GAAP, através do SFAS nº 87 "Employers' Accounting for Pensions", que está em vigor para os exercícios fiscais posteriores a 1988, uma obrigação inicial determinada com base na avaliação atuarial deve ser registrada contabilmente. Os ganhos e as perdas atuariais, bem como as variações estimadas nos ativos dos planos e PBO, os efeitos das alterações, liquidações e outros, são reconhecidos de acordo com essa norma e, portanto, resultam em montantes diferentes quando diferidos. Até 1997, esses montantes eram tratados como não monetários e indexados pela inflação. Os U.S. GAAP também exigem o reconhecimento de um passivo mínimo adicional.

Embora o cálculo da situação de suficiência de fundos seja o mesmo desde 31 de dezembro de 2001, surgem diferenças nos (i) ganhos e perdas atuariais, pois inicialmente não existe ganho ou perda atuarial em 31 de dezembro de 2001, (ii) reconhecimento da obrigação inicial de transição e (iii) o passivo mínimo, conforme os U.S. GAAP.

Em 21 de novembro de 2006, foi aprovada pela Secretária de Previdência Complementar (SPC) a migração dos planos de previdência I, II e III para o novo plano PGBL, plano de contribuição definida. Durante o ano de 2006 43 funcionários, aceitaram a migração e, portanto tiveram o reconhecimento do "settlement" em setembro de 2007, os 5 remanescentes do plano I que ainda não haviam se manifestado tiveram seus benefícios transferidos para o Bradesco Vida e Previdência S.A. A migração dos empregados para o PGBL representa uma ação irrevogável, eliminando riscos relacionados a ativos e passivos do plano. A contabilização dos participantes transferidos foi realizada de acordo com o SFAS nº 88 "Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits". O "settlement" para os 5 participantes remanescente foi aprovado em 30 de setembro de 2007.

Consequentemente, não há mais obrigação de benefícios acumulado para o plano de pensão em 31 de dezembro de 2007 e de 31 de março 2008. Os efeitos apropriados no resultado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2007 totalizou R\$ 91.

(f) Programa Fidelidade - reconhecimento da receita

Nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os BR GAAP, a receita oriunda de parcerias do Programa Fidelidade é reconhecida quando os pontos são emitidos aos participantes.

A partir de 2005, para fins das demonstrações financeiras em conformidade com U.S. GAAP, a Companhia reconhece a receita da venda de pontos diferentemente para as duas modalidades. No primeiro caso representa a receita pela venda de transporte aéreo, que está sendo valorizado ao valor de mercado atual. Esta receita é diferida e reconhecida durante o período no qual se espera que os pontos sejam utilizados. No segundo componente de receita representa os serviços que teriam sido prestados pela operação do programa – e que está sendo reconhecido quando os pontos são vendidos.

Para fins de reconciliação, a Companhia diferiu receita no montante de R\$ 9.516 no exercício findo em 31 de março de 2008 (2007 - R\$ 5.405). O efeito acumulado no patrimônio líquido em 31 de março de 2008 totalizou R\$ 59.576 (31.12.2007 – R\$ 50.060).

(g) "Stock options plan" – plano de incentivo com opção de adquirir ações

Para fins de BR GAAP não é considerado que opções de adquirir ações geram despesa e, portanto, só são registradas nos aumentos de capital (caso exercidos), pelo preço do exercício.

Para fins de U.S. GAAP, o SFAS nº 123R "Share Based Payments", requer a mensuração e reconhecimento como custo de serviço de empregados, do custo de planos que oferecem ações, com base no seu valor na data que a cessão de ações foi concedida (com algumas poucas exceções). As opções concedidas em condições que não aquelas de mercado, são classificadas no passivo. Este custo será reconhecido ao longo do período em que o empregado deverá prestar o serviço

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelo qual está sendo premiado. SFAS nº 123R requer que as entidades mensurem o custo dos serviços do empregado que recebem em troca por instrumentos de passivo com base no seu valor justo. Mudanças de valor durante o período de serviço serão reconhecidas como custo de empregados ao longo daquele período. O valor justo das opções de compra de ações na data da sua concessão e o na data de encerramento de cada exercício é estimado conforme o modelo Black-Scholes. A Companhia cedeu opções a determinados empregados de adquirir ações por preços abaixo do mercado. O valor justo das opções cedidas é reconhecido para fins de U.S. GAAP como despesa do período em que os serviços serão prestados. O valor justo das opções classificadas como passivo são reavaliadas a cada encerramento de exercício.

Na Assembléia - AGE – realizada em 16 de maio de 2005, os acionistas aprovaram que até 2% das ações em circulação poderiam ser utilizadas pela Diretoria para a concessão de opções de ações aos funcionários.

As transações estão resumidas a seguir:

	Opções de compra de ações	Média ponderada preço do exercício – R\$
Em circulação em 31 de dezembro de 2006	955.005	22,40
Concedido	1.010.311	39,44
Exercido	(21.806)	22,79
Em circulação em 31 de dezembro de 2007	1.943.510	25,60
Em circulação em 31 de março de 2008	1.943.510	31,86

Sob os termos do plano, as opções cedidas são divididas em três partes iguais e empregados poderão exercer uma terça parte as suas opções depois de três, quatro e cinco anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo funcionário por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções. Em cada data de fechamento os valores justos das opções cedidas são reavaliados, o custo de compensação é recalculado e reconhecido para os incentivos cedidos.

As opções de compra de ações foram cedidas inicialmente a um preço de exercício de R\$ 14,40, R\$ 43,48, R\$ 39,67 e R\$ 38,36, por ação, para a 1ª, 2ª, 3ª outorga e outorga extraordinária respectivamente. O preço de exercício é atualizado pelo IGPM, desde a data da outorga até a data das demonstrações financeiras.

Para fins de U.S. GAAP, a Companhia contabiliza seu plano de incentivo em conformidade com SFAS nº 123R – Share Based Payments. Assim o custo foi reconhecido como sendo o valor justo das opções de compra quando da sua cessão, em contrapartida ao passivo da Companhia. O valor justo destas opções foi estimado na data da cessão utilizando o modelo de preço Black-Scholes com as seguintes premissas.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2008	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	Outorga extraordinária
Taxas de juros, isentas de risco	11,25%	11,25%	11,25%	11,25%
Preço de exercício (atualizado pelo IGPM)	R\$ 16,50	R\$ 48,11	R\$ 40,61	R\$ 40,66
Rendimento do dividendo	1,31%	1,31%	1,31%	1,31%
Fatores de volatilidade do mercado	42,62%	42,62%	42,62%	42,62%
Preço no mercado acionário	R\$ 33,80	R\$ 33,80	R\$ 33,80	R\$ 33,80

Em 31 de março de 2008, o valor justo médios ponderado das opções totalizaram R\$ 21,52, R\$ 11,42, R\$ 15,07 e R\$ 6,36 por ação para a 1ª, 2ª, 3ª outorga e concessão extraordinária respectivamente, resultando em um valor justo total das opções concedidas de R\$ 15.042, R\$ 2.673, R\$ 11.756 e R\$ 1.463 para a 1ª, 2ª, 3ª outorga e concessão extraordinária.

Para fins de USGAAP, a Companhia registrou receitas (despesas) no ano findo em 31 de março de 2008 o montante de R\$ 4.984, (2007- R\$ (362)), respectivamente. O montante ajustado ao patrimônio líquido em 31 de março de 2008 totalizou R\$ 12.365 (31.12. 2007 – R\$ 17.349).

Opções em circulação				
Preço de exercício contratado	Opções em circulação em 31/03/2008	Vida contratual remanescente média ponderada	Preço de exercício média ponderada	
R\$ 16,50	699.115	3,25	R\$ 15,40	
R\$ 48,11	234.084	4,17	R\$ 45,45	
R\$ 40,61	780.311	5,17	R\$ 40,17	
R\$ 40,66	230.000	1,50	R\$ 39,88	
Intervalo: R\$ 16,50– R\$ 48,11	1.943.510		R\$ 31,86	

O modelo de avaliação Black-Scholes foi adotado para valorização à mercado das referidas opções negociadas, que não tem restrições de utilização nem de transferência. Modelos de avaliação de opções requerem a utilização de uma estimativa muito subjetiva – inclusive sobre a volatilidade do preço da ação. Uma vez que opções para empregados têm características significativamente diferentes de opções negociadas na BOVESPA e como mudanças nas premissas subjetivas podem afetar materialmente a estimativa de valor justo, na opinião da administração, o modelo atual não fornece necessariamente a medida confiável do valor justo das opções de comprar ações dos empregados.

(h) Manutenção

Para fins de BR GAAP, até 31 de dezembro de 2005, a Companhia registrou os gastos com manutenção de motores quando incorridos. A partir de 1º de janeiro de 2006, em conformidade com a Interpretação Técnica do IBRACON 01/2006, a Companhia alterou a política contábil e passou a incorporar esses gastos ao custo dos motores. De acordo com os U.S. GAAP, a Companhia registra as despesas de manutenção conforme incorridas.

De acordo com os U.S. GAAP, a Companhia reverteu os efeitos causados pela mudança de prática em BR GAAP. Consequentemente, a Companhia reverteu os custos com manutenção para R\$ 15.445 capitalizados no Imobilizado e a correspondente despesa de depreciação para R\$ 6.752 em contra partida ao patrimônio líquido.

Para fins de reconciliação, a Companhia reverteu despesas de depreciação no montante de R\$ 1.709 no exercício findo em 31 de março de 2008 (2007 – R\$ 1.161). O efeito acumulado no patrimônio líquido em 31 de março de 2008 foi de R\$ (10.879) (31.12.2007 – R\$ (12.588)).

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ganho por ação

De acordo com os BR GAAP, o lucro (prejuízo) por ação é calculado sobre o número de ações na data do balanço patrimonial. As informações são divulgadas por lote de mil ações, pois, geralmente, esse é o número mínimo de ações que pode ser negociado nas bolsas de valores no Brasil.

De acordo com os U.S. GAAP, uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos de voto e liquidação diferentes, os lucros básico e diluído por ação foram calculados pelo método de "duas classes", de acordo com o SFAS nº 128, "Earnings per Share", que estabelece as exigências para o cálculo, a apresentação e a divulgação do lucro por ação.

O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação de rendimentos que determina o lucro por ação das ações preferenciais e ordinárias de acordo com os dividendos a serem pagos conforme os estatutos da Companhia e os direitos de participação sobre os lucros não-distribuídos. O lucro básico por ação ordinária é calculado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Os acionistas ordinários e preferenciais têm o mesmo direito sobre os lucros não-distribuídos. Os rendimentos podem ser capitalizados, utilizados para absorver perdas ou apropriados. Dessa forma, tais rendimentos não estariam mais disponíveis para serem pagos como dividendos.

A quantidade de opções de compra de ações em circulação em 31 de março de 2008 e 2007 não foram incluídas no ganho por ação, por terem efeito imaterial. As ações em tesouraria também não possuem efeito na diluição.

	31.03.2008		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador básico e diluído			
Alocação de lucro não distribuído	18.556	28.178	46.734
Total de lucro não distribuído	18.556	28.178	46.734
Média ponderada de ações em circulação básico e diluído	59.792	90.793	
Lucro básico diluído por mil ações US GAAP - R\$	<u>0,31</u>	<u>0,31</u>	
			31.03.2007
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador básico e diluído			
Alocação de lucro não distribuído	55.274	82.669	137.943
Total de lucro não distribuído	55.274	82.669	137.943
Média ponderada de ações em circulação - básico e diluído (mil)	59.792	90.771	
Lucro básico e diluído por mil ações em US GAAP - R\$	<u>0,92</u>	<u>0,92</u>	

(j) Resultado abrangente

De acordo com os BR GAAP, o conceito de receita total não é reconhecido.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS nº 130 "Reporting Comprehensive Income", exige a divulgação do resultado abrangente. O resultado abrangente é composto por lucro líquido e "outros lucros/prejuízos abrangentes" que incluem encargos ou créditos diretamente ao patrimônio, os quais não resultam de transações com titulares. No caso da TAM, os componentes dos resultados abrangentes é seu lucro líquido ou prejuízo, e as variações no passivo mínimo adicional de aposentadoria (SFAS nº 158) e os ajustes acumulados de conversão (Nota 28 (p) (iii)).

(k) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o BR GAAP, o imposto de renda diferido ativo representa o valor estimado a ser recuperado.

De acordo com os U.S. GAAP são provisionados impostos diferidos sobre todas as diferenças temporárias de impostos. Os ativos e passivos de imposto diferido são classificados como circulante, ou não circulante, conforme a classificação do ativo ou passivo que dá origem à diferença temporária. Os ativos e passivos de imposto de renda diferido na mesma jurisdição fiscal são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido.

Adicionalmente, existem ajustes ao preparar as demonstrações financeiras em U.S. GAAP que também tem seu efeito no imposto de renda diferido.

Para fins da reconciliação de acordo com os U.S. GAAP, os benefícios (despesas) adicionais de imposto de renda relativos exclusivamente aos ajustes de U.S. GAAP, foram reconhecidos na demonstração do resultado conforme os U.S. GAAP, no montante de R\$ (18.744) em 31 de março de 2008 (2007 - R\$ (44.543)). O efeito apropriado no patrimônio líquido em 31 de março de 2008 é de R\$ (313.050) (31.12.2007 – R\$ (294.306)).

A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia adotou as disposições da interpretação do FASB - FIN 48 "Contabilização de Incertezas em Imposto de Renda". Este pronunciamento prescreve o reconhecimento inicial que uma posição fiscal deve ter para que sejam reconhecidas nas demonstrações financeiras e provê um guia para não reconhecimento, medição, classificação, juros e multas.

Como resultado da ação deste pronunciamento, não ocorreu nenhum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entrega suas declarações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido como prescrito pela legislação fiscal da jurisdição em que opera. As declarações de imposto de renda e contribuição social da Companhia, e seus registros contábeis e fiscais estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais por um prazo prescricional que varia entre 5 e 6 anos.

A TAM Mercosur, por força da legislação do país em que opera, sofre tributação de imposto de renda diretamente sobre o faturamento bruto e todos os valores estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(l) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para fins de BR GAAP, a Companhia registrou o montante de R\$ 72.093 de juros sobre o capital próprio e dividendo a ser distribuído aos acionistas.

Na reconciliação com os US GAAP, o montante de R\$ 40.564 referente ao excesso em relação ao dividendo mínimo obrigatório mediante a Lei Societária Brasileira tem sido revertida para fins de divulgação da reconciliação.

(m) Classificação dos itens da demonstração do resultado

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do lucro e das despesas é apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. A demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foi reclassificada de forma a apresentar uma demonstração consolidada do resultado de acordo com os U.S. GAAP (Nota 28 (p) (ii)). As reclassificações estão resumidas a seguir:

- Juros ativos e passivos e outros encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foram reclassificados para lucro não-operacional na demonstração consolidada do resultado de acordo com os

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

U.S. GAAP.

- De acordo com os BR GAAP, os ganhos e as perdas na venda do imobilizado e investimentos ou perda de valor dos ativos fixos são classificados como lucro não-operacional, enquanto de acordo com o U.S. GAAP são classificados como ajustes ao lucro operacional.
- As diferenças de lucro líquido entre os BR GAAP e os U.S. GAAP, conforme detalhado na reconciliação na Nota 28 (p) (ii), foram incorporadas à demonstração do resultado de acordo com os U.S. GAAP.
- O custo dos serviços prestados e lucro operacional, de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentados por tipo de despesa, em conformidade com as normas de divulgação utilizadas pelo segmento de transporte aéreo.

(n) Classificação dos itens do balanço patrimonial

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do balanço patrimonial está apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. O balanço patrimonial consolidado de acordo com os BR GAAP foi modificado para apresentar um balanço patrimonial consolidado condensado de acordo com os U.S. GAAP (Nota 28 (p)). As reclassificações estão resumidas a seguir:

- De acordo com os BR GAAP, o fluxo de caixa é elaborado de acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade nº 20 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia. As disponibilidades são constituídas por dinheiro em caixa e depósitos bancários de altíssima liquidez.
- De acordo com os U.S. GAAP, os fundos de investimentos da Companhia estão sujeitos a potenciais variações em seu valor em decorrência nas mudanças das taxas de juros ou por possuírem títulos com vencimento original maior do que 90 dias. Adicionalmente, de acordo com os U.S. GAAP os fundos de investimento multi mercado são classificados como aplicações financeiras (trading).
- De acordo com os BR GAAP, os impostos diferidos não são compensados e o ativo é apresentado separadamente do passivo. Para fins de U.S. GAAP, os ativos e passivos diferidos são compensados e classificados como corrente ou não-corrente de acordo com a classificação da diferença temporária subjacente.

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(o) Conciliação das diferenças entre BR GAAP e US GAAP

i. Lucro líquido

	<u>Nota 28</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Lucro líquido reportado conforme os BR GAAP		2.551	59.180
Estorno da depreciação da reavaliação	(c) (i)	687	1.406
Contratos de arrendamentos			
Despesa de depreciação do arrendamento mercantil financeiro	(c) (ii)	(42.364)	(33.145)
Variação cambial sobre arrendamento	(c) (ii)	35.228	93.726
Despesa de juros sobre a obrigação do arrendamento mercantil financeiro	(c) (ii)	(30.208)	(33.483)
Resultado na devolução de aeronaves	(c) (ii)		(5.161)
Reversão da despesa do arrendamento operacional simples	(c) (ii)	<u>93.969</u>	<u>97.314</u>
Total dos contratos de arrendamento		56.625	119.251
Amortização do ganho, líquido nas operações de sale-leaseback	(c) (iv)	8.022	8.022
Depreciação da correção monetária complementar	(b)		(17)
Reversão da amortização do ágio	(d) (i)		179
Controle comum - Mercosur	(d) (ii)	416	(1.020)
Plano de pensão	(e)		91
Diferimento da receita fidelidade	(f)	(9.516)	(5.405)
Programa de stock options	(g)	4.984	(362)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	(k)	(18.744)	(44.543)
Manutenção dos motores	(h)	1.709	1.161
		<u>46.734</u>	<u>137.943</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Patrimônio líquido

	<u>Nota 28</u>	<u>31.03.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Patrimônio líquido reportado de acordo com os BR GAAP		1.489.432	1.491.657
Reavaliação do imobilizado, líquida	(c) (i)	(134.448)	(135.134)
Contratos de arrendamento	(c) (ii)	1.159.371	1.102.745
Diferimento de ganho nas operações de sale-leaseback	(c) (iv)	(171.504)	(179.526)
Reversão de ágio	(d) (i)	9.680	9.680
Controle comum - Mercosur	(d) (ii)	11.828	11.828
Diferimento da receita fidelidade	(f)	(59.576)	(50.060)
Programa de stock options	(g)	(12.365)	(17.349)
Manutenção dos motores	(h)	(10.879)	(12.588)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	(k)	(313.050)	(294.306)
Participação de minoritários sobre os ajustes		(729)	(729)
Reversão dos Dividendos	(l)	<u>40.564</u>	<u>40.564</u>
Patrimônio líquido de acordo com os U.S. GAAP		<u>2.008.324</u>	<u>1.966.782</u>

(p) Informações financeiras condensadas pelos US GAAP

Com base nos itens de reconciliação e na descrição acima, o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado e a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido da Companhia de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentados de maneira condensada, como segue:

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Balanço patrimonial consolidado segundo os US GAAP

Ativo	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante		
Disponibilidades	234.284	466.538
Aplicações financeiras	1.992.057	2.140.339
Contas a receber de clientes (líquido da provisão para devedores duvidosos – R\$ 52.243 e R\$ 50.240, respectivamente)	1.023.696	937.928
Estoques	173.011	162.471
Tributos a recuperar	73.669	87.017
Pré-pagamento de aeronave	923.374	864.440
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.191	31.874
Despesas do exercício seguinte	93.624	151.372
Seguro de Aeronave e outros	31.194	44.515
Demais contas a receber	118.959	137.071
	<u>4.697.059</u>	<u>5.023.565</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos em garantia	120.666	161.488
Depósitos judiciais	75.478	75.017
Pré-pagamento de aeronave	167.693	105.115
Pré-pagamento de manutenção	199.868	119.633
Demais contas a receber	57.299	53.541
	<u>621.004</u>	<u>514.794</u>
Ágio	9.680	9.680
Outros investimentos	70	70
Imobilizado	4.496.520	4.414.070
Intangível	18.743	13.156
	<u>4.525.013</u>	<u>4.436.976</u>
Total do ativo	<u>9.843.076</u>	<u>9.975.335</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido	31.03.2008	31.12.2007
Passivo circulante		
Fornecedores	382.637	426.856
Empréstimos e financiamentos	748.351	881.148
Arrendamentos a pagar	338.608	330.231
Debêntures	9.409	32.159
Bônus sênior	16.662	7.076
Reorganização da frota Fokker 100	12.165	11.501
Salários e encargos sociais	272.079	236.708
Transporte a executar	723.808	791.546
Impostos e tarifas a recolher	101.350	59.051
Programa Fidelidade	21.122	20.614
Ganho diferido nas operações de sale-leaseback	32.085	32.085
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.909	20.079
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	32.052	32.052
Demais contas a pagar	180.937	178.855
	<u>2.881.174</u>	<u>3.059.961</u>
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	258.422	219.190
Arrendamentos a pagar	2.461.086	2.515.907
Debêntures	500.000	500.000
Bônus sênior	524.730	531.390
Reorganização da frota Fokker 100	37.555	41.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117.122	92.815
Provisão para contingências	864.888	844.713
Ganho diferido sobre as operações de sale-leaseback	139.419	147.441
Demais contas a pagar	47.623	52.984
	<u>4.950.845</u>	<u>4.945.963</u>
Participação minoritária	<u>2.733</u>	<u>2.629</u>
Patrimônio líquido	<u>2.008.324</u>	<u>1.966.782</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>9.843.076</u></u>	<u><u>9.975.335</u></u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Demonstração consolidada do resultado segundo os US GAAP

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Receitas operacionais, líquidas	<u>2.250.740</u>	<u>1.828.607</u>
Despesas operacionais		
Pessoal	397.727	268.012
Combustíveis	844.804	570.249
Arrendamento das aeronaves e equipamentos	128.515	127.866
Despesas de comercialização e marketing	241.726	187.309
Tarifa de pouso, decolagem e de auxílio à navegação	123.274	99.256
Depreciações e amortizações	71.079	56.906
Manutenções e revisões (exceto pessoal)	95.306	104.851
Serviços prestados por terceiros	154.268	137.874
Seguro de aeronaves	12.855	8.510
Outras	<u>97.809</u>	<u>121.725</u>
	<u>2.167.363</u>	<u>1.682.558</u>
Lucro operacional	83.377	146.049
Receitas financeiras, líquidas	<u>619</u>	<u>66.941</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participação minoritária	83.996	212.990
Imposto de renda e contribuição social	<u>(37.136)</u>	<u>(74.848)</u>
Lucro antes da participação minoritária	46.860	138.142
Participação minoritária	<u>(126)</u>	<u>(199)</u>
Lucro líquido do trimestre	<u>46.734</u>	<u>137.943</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Mutações do patrimônio líquido condensado de acordo com os US GAAP

	2008			2007		
	Resultado Abrangente	Outras Contas do Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Outras Contas do Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido
No início do 1º trimestre	(8.916)	1.975.698	1.966.782	(5.620)	1.537.518	1.531.898
Lucro Líquido		46.734	46.734		137.943	137.943
Ajustes acumulados na conversão	(416)		(416)	1.020		1.020
Resultado abrangente			46.318			138.963
Ações em Tesouraria		(4.776)	(4.776)			
No final do 1º trimestre	(9.332)	2.017.656	2.008.324	(4.600)	1.675.461	1.670.861

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv. Demonstração consolidada do fluxo de caixa segundo os US GAAP

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do trimestre	46.734	137.943
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	71.079	56.907
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.525	27.648
Provisão para contingências	5.271	38.520
Valor residual de ativo permanente baixado	8.377	5.765
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidos	(33.273)	(107.055)
Participação dos acionistas minoritários	126	199
Outras provisões	1.840	(1.095)
(Aumento) redução de ativos		
Aplicações financeiras	148.282	319.321
Contas a receber	(87.771)	(159.066)
Estoques	(10.540)	(10.598)
Tributos a recuperar	16.085	(41.762)
Despesas do exercício seguinte	57.748	8.067
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.536)	3.514
Depósitos judiciais	(461)	(3.453)
Pré-pagamentos de manutenções	(82.028)	(23.576)
Demais contas a receber	25.169	29.665
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(44.220)	61.246
Salários e encargos sociais	35.371	(46.919)
Transportes a executar	(67.738)	11.529
Impostos e tarifas a recolher	42.300	7.331
Arrendamentos a pagar	(37.509)	(42.411)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(10.170)	41.693
Demais contas a pagar	(6.642)	(18.344)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>101.019</u>	<u>295.069</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(105.451)	(30.344)
Aumento do intangível	(5.587)	
Depósitos em garantia	35.921	(18.766)
Pré-pagamentos de aeronaves		
Reembolso	22.858	33.867
Pagamento	(155.646)	(259.258)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(207.905)</u>	<u>(274.501)</u>

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.03.2008</u>	<u>31.03.2007</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ações em tesouraria	(4.776)	
Dividendos pagos		(137.104)
Empréstimo e Financiamento		
Aquisição	280.182	390.027
Pagamentos	(334.375)	(313.423)
Arrendamento		
Aquisição		
Pagamentos	(62.165)	(61.090)
Debentures		
Aquisição		
Pagamentos	(4.234)	(6.835)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(125.368)</u>	<u>(128.425)</u>
Aumento líquido nas disponibilidades e aplicações financeiras	<u>(232.254)</u>	<u>(107.857)</u>
Disponibilidades e aplicações financeiras no fim do período	234.284	191.650
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do período	<u>466.538</u>	<u>299.507</u>
Varição nas disponibilidades e aplicações financeiras	<u>(232.254)</u>	<u>(107.857)</u>
Informação suplementar ao fluxo de caixa:		
Juros pagos sobre arrendamento mercantil para o trimestre findo em 31 março de 2008 R\$ 31.804 (31.03.2007 - R\$ 36.224)	75.665	84.454
Transações que não afetam as atividades de investimentos e financiamentos - aquisição de aeronaves através de leasing financeiro	63.696	143.424
Imposto de renda e contribuição social pagos		29.273

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Segmentos de negócio

De acordo com os BR GAAP, não é requerida a apresentação de informações por segmentos de negócio.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS nº 131 "Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information", define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais as demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas regularmente como forma de mensurar o desempenho do segmento e alocar recursos para os segmentos. As mensurações de lucros ou prejuízos, ativos totais e outras informações relacionadas devem ser divulgadas para cada segmento operacional. Além disso, essa norma requer a divulgação anual das informações relativas a receitas resultantes dos produtos e serviços da empresa, países onde os rendimentos são gerados, receitas ou ativos e principais clientes.

O SFAS nº 131 requer que os dados por segmento sejam apresentados nas demonstrações financeiras baseadas nos U.S. GAAP de acordo com as demonstrações financeiras utilizadas pela administração para tomar decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos entre os segmentos e desempenho do segmento. Essas informações são resultantes dos registros contábeis estatutários, mantidos de acordo com os U.S. GAAP e BR GAAP. A alta administração da TAM analisa seus negócios recorrentes em um único segmento de negócio como empresa de transporte aéreo.

(r) Divulgação adicional - Despesas com propaganda e publicidade

As despesas com propaganda e publicidade totalizaram R\$ 27.830 no exercício findo em 31 de março de 2008 (31.03.2007 – R\$ 14.813) e são classificadas como despesas com comercialização e marketing.

(s) Mensuração de Valor de Mercado nas demonstrações financeiras

Em setembro de 2006, o Comitê de Padrões e Contabilidade Financeiras –“FASB”, emitiu o pronunciamento SFAS nº 157 “Avaliação do Valor Justo” que define e estabelece a estrutura para a avaliação e amplia as divulgações sobre as avaliações de valor justo. A companhia adotou o SFAS 157 a partir de 1 de janeiro de 2008

Em U.S. GAAP, o parágrafo 67 do Concepts Statement No.5 - “Recognition and Measurement in Financial Statements” (Pronunciamentos de Conceitos nº 5 – “Reconhecimento e Mensuração nas Demonstrações Financeiras), emitida pelo FASB, descreve cinco atributos de mensuração usados nas demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis financeiros atuais, para alguns dos quais há uma abordagem detalhada no Concepts Statement No. 7 (CON 7) “Using Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements” (Pronunciamentos de Conceitos nº 7 – “Uso de Informações de Fluxo de Caixa e Valor Presente em Mensurações Contábeis”).

Além disso, o SFAS 157 define valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal e mais vantajoso Mercado daquele ativo ou passivo em uma operação usual entre participantes do mercado na data da mensuração.

O SFAS 157 também estabelece uma hierarquia que exige que a sociedade maximize o uso de variáveis observáveis e minimize o uso de variáveis não observáveis ao mensurar o valor justo. A norma descreve três níveis de cômputo que podem ser usados para mensurar o valor de mercado:

Nível 1 – Método dos preços cotados em mercados ativos de ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – As variáveis observáveis têm seu valor justo medido usando-se os métodos do valor presente ou do valor presente esperado – modelo determinístico;

TAM S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas interinas Nos períodos findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (não auditados) e 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 3 – Mais conhecido como metodologia híbrida, já que aplica tanto modelos determinísticos quanto probabilísticos. Variáveis observáveis e não observáveis são determinadas e calculadas usando-se os métodos dos fluxos de caixa estimados ou dos fluxos de caixa esperados. As variáveis não observáveis que são apoiadas em pouca ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para o valor justo de ativos ou passivos são determinadas com base no modelo probabilístico.

Todos os tipos de aplicações financeiras em aberto na data de 31 de março de 2008 (“trading”, assim como os derivativos) foram marcados a mercado pela aplicação do modelo de nível 2, que compreende os preços e outras informações geradas por operações de mercado envolvendo ativos ou passivos idênticos ou comparáveis, com base em premissas feitas na estimativa do fluxo de caixa, mediante utilização de técnicas de valor presente, para os quais ganhos e perdas foram devidamente contabilizados.

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o SFAS nº 159 "Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros" incluindo modificações no SFAS nº 115 "Contabilização de Certos Investimentos em Títulos de Dívida e Ações em Carteira" que permite que a Companhia apure o valor justo de certos instrumentos financeiros e de outros itens. A Companhia decidiu não usar o método de reconhecimento contábil recorrente do valor de mercado de ativos e passivos financeiros, entretanto os valores de mercado foram devidamente divulgados na Nota 26, para a qual foi utilizado o método de nível 1 na divulgação dos valores justos dos bônus sênior e das debentures.

(t) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos

Em dezembro de 2007, o Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (“FASB”) emitiu a SFAS Nº 141R, “Combinação de Negócios”, que substitui a Declaração FASB Nº 141, Combinação Comercial. Esta Declaração retém as exigências fundamentais na Declaração 141 que o método contábil da aquisição seja usado para todas as combinações de negócios. Esta Declaração se aplica as combinações de negócios para as quais a data de aquisição é após o início do primeiro período de demonstração anual começando a partir de ou 15 de dezembro de 2008, cuja adoção antecipada é proibida. A data efetiva desta Declaração é a mesma da relacionada Declaração FASB No. 160, “Participações Não Controladoras nos Demonstrativos Financeiros Consolidados”.

Em dezembro de 2007, o Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (“FASB”) emitiu a SFAS No. 160, “Participações Não Controladoras nos Demonstrativos Financeiros Consolidados – uma alteração do ARB Nº 51”, que esclarece que uma participação não controladora em uma subsidiária é uma participação de posse na entidade consolidada que deve ser reportada no patrimônio nos demonstrativos financeiros consolidados. Esta norma está em vigor para exercícios fiscais e períodos interinos dentro dos exercícios fiscais, iniciando após 15 de dezembro de 2008. A adoção antecipada é proibida. Esta Declaração deverá ser aplicada potencialmente no início do exercício fiscal no qual a Declaração seja aplicada pela primeira vez, exceto para exigências de apresentação e divulgação. As exigências de apresentação e divulgação deverão ser aplicadas de forma retroativa para todos os períodos apresentados.

Em março de 2008 o FASB emitiu o pronunciamento SFAS No. 161, "Divulgação sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge - emenda ao SFAS 133". Esse pronunciamento modifica os requerimentos de divulgação para os instrumentos derivativos e atividades de hedge. As empresas são requeridas a prover melhorias na divulgação sobre (a) como e por que a empresa utiliza os instrumentos derivativos, (b) como os instrumentos derivativos e mecanismos relacionados são contabilizados à luz do SFAS 133 e interpretações correlatas, e (c) como os instrumentos derivativos e atividades de hedge afetam a posição financeira, a performance e o fluxo de caixa da empresa. Esse pronunciamento é efetivo para os exercícios sociais a serem avaliados a partir de 15 de dezembro de 2008, com adoção antecipada incentivada. A companhia está em processo de avaliação sobre o impacto na divulgação da adoção do SFAS 161.

*

*

*

*